



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA
– Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias Nº 84 de
22.12.94 da Presedente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – CAPES e Nº 694 de 13.06.95 do Ministério da
Educação e Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

**INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO E ADOLESCENTES
INSTITUCIONALIZADOS: IMAGENS SOCIAIS DE PROFISSIONAIS DA
EDUCAÇÃO**

Ana Letícia da Costa Praia

Belém-PA
2021



Programa de Pós-Graduação em
Teoria e Pesquisa do Comportamento UFPA
Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA
– Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias Nº 84 de
22.12.94 da Presidência da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – CAPES e Nº 694 de 13.06.95 do Ministério da
Educação e Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

**INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO E ADOLESCENTES
INSTITUCIONALIZADOS: IMAGENS SOCIAIS DE PROFISSIONAIS DA
EDUCAÇÃO**

Ana Letícia da Costa Praia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Lília Iêda Chaves Cavalcante

Co-orientadora: Dr^a Dalizia Amaral Cruz

Área de concentração: Ecoetologia
Projeto financiado pela CAPES
Data da defesa: 22/12/2021

Belém-PA
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P895i Praia, Ana Letícia da Costa.
 Instituições de Acolhimento e Adolescentes Institucionalizados:
 Imagens Sociais de Profissionais da Educação / Ana Letícia da
 Costa Praia. — 2021.
 70 f. : il.

 Orientador(a): Prof^ª. Dra. Lília Iêda Chaves Cavalcante
 Coorientação: Prof^ª. Dra. Dalízia Amaral Cruz
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo
 de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-
 Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2021.

 1. Instituições de Acolhimento. 2. Adolescentes
 Institucionalizados. 3. Imagens Sociais. 4. Profissionais da
 Educação. I. Título.

CDD 150.77

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior–Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior–Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Ana Letícia da Costa Praia, Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.

Contato: Ana Letícia da Costa Praia

anacosta0103@gmail.com



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias Nº. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

Dissertação de Mestrado

“Instituições de Acolhimento e Adolescentes Institucionalizados: imagens sociais de profissionais da educação.”

Aluna: Ana Leticia da Costa Praia.

Data da Defesa: 22 de dezembro de 2021.

Resultado: Aprovada.

Banca Examinadora:

Profª Drª Lília Iêda Chaves Cavalcante (orientadora - UFPA).

Profª Drª Dalizia Amaral Cruz (coorientadora - UFPA).

Profª Drª Amanda Cristina Ribeiro Costa (membro 1 - UNAMA).

Profª Drª Edson Júnior da Silva Cruz (membro 2 - UFPA).

**Termo de Autorização e Declaração de Distribuição não exclusiva para Publicação
Digital no Repositório Institucional da UFPA**

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR E DA OBRA

Autor*: Ana Letícia da Costa Praia

Vínculo com a UFPA: () Servidor; (X) Discente Unidade: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Sub Unidade: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Tipo do documento: () Tese; (X) Dissertação; () Livro; () Capítulo de Livro; () Artigo de Periódico;
() Trabalho de Evento; () Outro. Especifique: _____

Título do Trabalho: Instituições de Acolhimento e Adolescentes Institucionalizados: Imagens Sociais de Profissionais da Educação.

Data da Defesa: 22/12/2021 Área do Conhecimento: Desenvolvimento Humano

Agência de Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

*Para cada autor, uma autorização preenchida e assinada.

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O referido autor:

Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Pará os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal do Pará, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPA a disponibilizar de acordo com a licença pública *Creative Commons* Licença 3.0 *Unported*, e de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra citada, conforme permissões abaixo por mim assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a partir desta data.

Permitir o uso comercial da obra?

(X) Sim

() Não

Permitir modificações em sua obra?

(X) Sim, contanto que compartilhem pela mesma licença

() Não

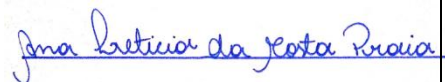
O documento está sujeito ao registro de patente?

() Sim

(X) Não

A obra continua protegida conforme a Lei Direito Autoral.

Belém(PA), 07/12/2021



Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos do Autor

Dedico esta dissertação de mestrado aos meus pais – **Carla Costa e Josivaldo Praia** e aos meus irmãos – **Victor e Gustavo Costa**, por serem meus principais incentivadores, pela confiança de que este dia chegaria e por todo o apoio. Amo vocês!

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e aos bons espíritos que me auxiliaram nesta jornada dentro de vasto multiverso!

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio econômico e por viabilizar a realização da pesquisa.

Agradeço minha vó **Fátima** e meus tios **Cláudia** e **Cleber** por todo incentivo e apoio dedicados a mim. Não posso deixar de mencionar aqueles que, muitas vezes, me proporcionaram boas risadas e boas memórias, meus primos – **Samira, João, Luiz e Sophia**.

Agradeço ao meu pai – **Josivaldo** e sua esposa – **Edivana**, pelo suporte e confiança de que este dia chegaria, pelos momentos de leveza compartilhados, pelas boas bebidas/receitas e por terem em sua casa um refúgio que me ajudou na produção desta dissertação.

Agradeço aos meus amigos que nas risadas e reuniões acalmaram meu coração e “esfriaram” minha cabeça, muito obrigada – **Edson, Mariana, Ysadora, Marlon, Ewerton, Magno, Yasmine Vanessa**. Aqui, faço menção honrosa à **Camila Holanda**, pela parceria que segue se fortalecendo, pelas piadas e memes estranhos, pela troca diária, por ter me apresentado ao mundo de Grey’s Anatomy e pela loucura/alegria que é te ter como minha amiga!

Não poderia deixar de fazer um agradecimento especial à minha orientadora – **Dr^a Lília Cavalcante**, que está comigo desde os meus 19 anos, acreditando na profissional e pesquisadora que eu poderia ser! Agradeço mil vezes a minha coorientadora – **Dr^a Dalízia Cruz**, você é especial e todos deveriam ter a felicidade de te encontrar pelo caminho da vida, esta dissertação tem muito de nós duas. Um super obrigada a minha querida **Amanda Costa**, que é uma mulher incrível, única e inspiradora!

Agradeço aqui as pessoas mais importantes da minha vida, minha mãe – **Carla Costa** e meus irmãos – **Victor e Gustavo Costa**, pelo prazer que está sendo compartilhar a vida ao lado de vocês, pelo apoio incondicional, por ficarem do meu lado (mesmo quando eu repito todas as falas dos filmes do Harry Potter), por se alegrarem com as minhas conquistas, pelas madrugadas assistindo bons filmes e por serem minha fonte inesgotável de força e fé em dias melhores, amo vocês!

Em último, agradeço a Letícia Costa do passado, que em 2011 decidiu que iria além da graduação, mesmo que todo o processo fosse difícil e assustador, espero que esteja tão orgulhosa como eu – em 2021 – estou. Nós conseguimos e não vamos parar por aqui.

Sumário

Resumo	12
Abstract	13
Apresentação	14
Imagens Sociais e a Cultura da Institucionalização de Crianças e Adolescentes no Brasil	16
A Escola como Espaço para a (Re) Produção de Imagens Sociais de Adolescentes em uma Instituição de Acolhimento	21
Serviços de Acolhimento e a Escola: uma Perspectiva Sistêmica	26
Método	31
Participantes	31
Instrumento	31
Procedimentos	32
Coleta de Dados	32
Análise de Dados	34
Resultados e Discussão	36
Imagens Sociais de Adolescentes em Acolhimento Atribuídas por Profissionais da Educação	36
Imagens Sociais dos Serviços de Acolhimento para Adolescentes Atribuídas por Profissionais da Educação	41
Considerações Finais	46
Referências	50
Apêndices	56

Lista de Figuras

Figura 1	Dados Sociodemográficos do Questionário de Coleta	33
Figura 2	Questionário sobre Adolescentes em Acolhimento Institucional	33
Figura 3	Questionário sobre Serviços de Acolhimento para Adolescentes	34
Figura 4	Lematização do banco de dados de Adolescentes em Acolhimento Institucional	36
Figura 5	Lematização do banco de dados dos Serviços de Acolhimento para Adolescentes	41

Lista de Tabelas

Tabela 1	Análise Prototípica das características atribuídas a Adolescentes em Acolhimento Institucional	37
Tabela 2	Análise Prototípica das características atribuídas a Serviços de Acolhimento para Adolescentes	42

Lista de Siglas

CNJ Conselho Nacional de Justiça

ECA Estatuto de Criança e do Adolescente

FASS Faculdade de Serviço Social

FEBEM Fundação Estadual de Bem-estar do Menor

FUNABEM Fundação Nacional de Bem-estar do Menor

FUNPAPA Fundação Papa João XXIII IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LED Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento

NEPAIA Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Instituição de Acolhimento e Adoção

OMS Organização Mundial da Saúde PIA Programa Infância e Adolescência

ONU Organização das Nações Unidas

PIA Programa Infância e Adolescência

PPCT Pessoa, Processo, Contexto e Tempo.

PPGTPC Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

SAI Serviço de Acolhimento Institucional

SAM Serviço de Assistência ao Menor

UFPA Universidade Federal do Pará

Praia, A. L. C. (2021). *Instituições de Acolhimento e Adolescentes Institucionalizados: Imagens Sociais de Profissionais da Educação*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Brasil, p. 70.

Resumo

As imagens sociais correspondem a uma forma de classificação de indivíduos a partir da construção de teorias sobre eles ou sobre seu modo de comportamento. Observa-se, na literatura, que as imagens sociais tendem a ser mais negativas quando associadas a adolescentes que vivem em instituições de acolhimento, marcadas por estigmas sociais. Diante disso, esta dissertação teve como objetivo investigar as imagens sociais atribuídas a instituições de acolhimento e a adolescentes institucionalizados por profissionais da educação, a partir a compreensão acerca da cultura da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. Para a coleta de dados, utilizou-se um formulário aberto que tem como objetivo investigar as imagens de crianças, adolescentes e famílias com filhos em acolhimento institucional, em particular aqueles com *status* socioeconômicos baixo e médio. Devido a pandemia da Covid-19, a coleta foi realizada virtualmente por meio de uma versão online desse instrumento acessado pela plataforma Survey Monkey. A análise dos dados foi processada pelo *software* IRaMuTeQ, optando-se pela análise prototípica para este estudo. Trata-se de uma das técnicas mais difundidas para caracterização estrutural de uma representação social. Participaram desta pesquisa 81 profissionais da educação (jovens e adultos) com idade entre 24 e 55 anos, atuando em escolas e outras unidades educacionais públicas da região metropolitana de Belém e de outros municípios, sendo a maioria do sexo feminino (60%), com ensino superior (91%), professores (74%), e referiu já ter tido contato com adolescentes em acolhimento institucional (74%). Entre os resultados, quando o estímulo indutor foi “adolescente em acolhimento” as características respondidas com maior frequência foram: triste (34), carente (23), revoltado (17), abandonado (9), apontando assim para o predomínio de imagens sociais de valência negativa. Ressalta-se que, mesmo com baixa frequência, também características de valência positiva foram apontadas pelos participantes: esperançoso (09) e carinhoso (03). Em outro momento, quando o estímulo indutor utilizado foi “instituições de acolhimento para adolescentes”, as características com maior frequência foram: acolhedora (24), estruturada (11), segura (08), estas características sugerem que, quando associadas às instituições de acolhimento, as imagens sociais são, significativamente, mais positivas. A realização deste estudo permitiu alcançar o objetivo desta dissertação, bem como, tornou possível compreender a relação estabelecida entre a escola e as instituições de acolhimento sob uma perspectiva sistêmica, apoiada em constructos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Neste sentido, torna-se necessário estreitar a relação mesossistêmica entre a escola e a instituição de acolhimento, para que seja possível refinar a extensão e natureza do conhecimento; e das atitudes existentes nos ambientes, um em relação ao outro. Dessa forma, será possível desenvolver ações eficientes na desconstrução de imagens sociais negativas acerca de adolescentes em acolhimento institucional. Sendo assim, assume-se que as mudanças das imagens sociais reproduzidas por profissionais da educação, dentro e fora dos ambientes escolares, ocorrerão após o entendimento e conhecimento sobre o que é, realmente, um serviço de acolhimento institucional para adolescentes, como esta instituição se caracteriza e se posiciona frente as mazelas da nossa sociedade, e com a valorização pessoal e empoderamento de vivências diferentes e histórias de vidas plurais de crianças e adolescentes institucionalizados.

Palavras-chave: Instituições de Acolhimento, Adolescentes Institucionalizados, Imagens Sociais, Profissionais da Educação.

Praia, A. L. C. (2021). *Residential Care and Institutionalized Adolescents: Social Images of Education Professionals*. Masters Dissertation. Graduate Program in Theory and Behavior Research, Federal University of Pará, Brazil, p. 70.

Abstract

Social images correspond to a form of classification of individuals based on the construction of theories about them or about their way of behavior. It is observed in the literature that social images tend to be more negative when associated with adolescents living in shelters, marked by social stigma. Therefore, this dissertation aimed to investigate the social images attributed to residential care institutions and adolescents institutionalized by education professionals, based on the understanding of the culture of institutionalization of children and adolescents in Brazil. For data collection, an open form was used, which aims to investigate the images of children, adolescents and families with children in institutional care, particularly those with low and medium socioeconomic status. Due to the Covid-19 pandemic, the collection was carried out virtually through an online version of this instrument accessed by the Survey Monkey platform. Data analysis was processed by the IRaMuTeQ software, opting for the prototypical analysis for this study. It is one of the most widespread techniques for the structural characterization of a social representation. 81 education professionals (youth and adult) aged between 24 and 55 years old, working in schools and other public educational units in the metropolitan region of Belém and other cities, participated in this research, most of them female (60%), with higher education (91%), teachers (74%), and reported having had contact with adolescents in institutional care (74%). Among the results, when the inducing stimulus was “hosted adolescent”, the most frequently answered characteristics were: sad (34), needy (23), angry (17), abandoned (9), thus pointing to the predominance of social images of negative valence. It is noteworthy that, even with low frequency, positive valence characteristics were also pointed out by the participants: hopeful (09) and affectionate (03). At another time, when the inducing stimulus used was “reception institutions for adolescents”, the characteristics most frequently were: welcoming (24), structured (11), safe (08), these characteristics suggest that, when associated with health care institutions, host, social images are significantly more positive. This study allowed reaching the objective of this dissertation, as well as made it possible to understand the relationship established between the school and the host institutions under a systemic perspective, supported by constructs of the Bioecological Theory of Human Development. In this sense, it becomes necessary to strengthen the mesosystemic relationship between the school and the host institution, so that it is possible to refine the extent and nature of knowledge; and the attitudes existing in the environments, in relation to each other. In this way, it will be possible to develop efficient actions to deconstruct negative social images about adolescents in institutional care. Therefore, it is assumed that the changes in social images reproduced by education professionals, inside and outside school environments, will occur after understanding and knowing what an institutional care service for adolescents really is, as this institution does. characterizes and positions itself in the face of the ills of our society, and with the personal appreciation and empowerment of different experiences and plural life stories of institutionalized children and adolescents

Keywords: Residential Care, Institutionalized Adolescents and Social Images, Education Professionals.

Apresentação

O acolhimento institucional é uma medida protetiva (Lei n. 8.069, 1990) prevista sempre que os direitos de crianças e adolescentes sejam ameaçados ou violados, quando a permanência nesse contexto adverso representa grave risco ao seu desenvolvimento biopsicológico. Contudo, desde a chegada da criança e do adolescente na instituição de acolhimento, deve-se promover ações que possibilitem que a reintegração familiar ocorra de forma breve e segura. Nos casos em que a reintegração na família de origem ou na extensa não for possível, buscar-se-á a colocação em família substituta.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2019, apontou que havia 47.918 crianças e adolescentes acolhidos nas 4.545 instituições de acolhimento existentes no Brasil. Em 2019, o Estado do Pará contava com 157 entidades de acolhimento. Destaca-se o fato de que crianças e/ou adolescentes do sexo masculino (24.500) superam do sexo feminino. Nesse sentido, a importância de pesquisas atualizadas sobre o tema do acolhimento institucional faz-se necessária para que desse modo seja possível o desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas para este segmento.

Esta dissertação está vinculada à pesquisa de pós-doutorado “Imagens sociais de crianças e adolescentes e contextos de vida: família e instituição de acolhimento”, coordenada pela psicóloga e doutora Dalízia Amaral Cruz, sob a tutoria da professora doutora Lília Iêda Chaves Cavalcante, docente do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Destaca-se que tanto esta dissertação quanto a pesquisa de pós-doutorado, surgiram a partir do desejo de dar continuidade às pesquisas voltadas para as imagens sociais no contexto do acolhimento institucional provenientes da tese de doutorado da referida psicóloga, intitulada “Adolescentes em acolhimento institucional: imagens sociais e o direito a convivência comunitária”, defendida em 2019.

Ressalta-se que discussões que permeiam os estudos da área do acolhimento institucional de crianças e adolescentes são constantes no Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), inserido no Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (NTPC), da UFPA, por meio de estudos realizados pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Instituição de Acolhimento e Adoção (NEPAIA). Entre outras investigações, destacam-se as pesquisas com foco nos aspectos físicos e sociais do ambiente interno de diferentes modalidades de serviços de acolhimento a partir de quatro eixos: 1 - Família; 2 - Crianças e Adolescentes; 3 - Educadores e Técnicos e 4 - Comunidade.

Outrossim, o interesse por temáticas que se conectam aos estudos sobre crianças e adolescentes em acolhimento institucional surgiu também a partir do envolvimento da autora em projetos de extensão que integram o Programa Infância e Adolescência (PIA), vinculado à Faculdade de Serviço Social (FASS) da UFPA. A participação nas atividades desenvolvidas neste Programa, em específico no Projeto de Extensão “EKO: construindo projetos de vida com crianças e adolescentes em acolhimento institucional”, possibilitou sua inserção em instituições de acolhimento no município de Belém, tendo contato e desenvolvendo atividades diretamente com as crianças e os adolescentes nesse contexto. Em outro momento, por meio da participação no referido Projeto, foi possível realizar encontros com os educadores e técnicos das instituições de acolhimento, o que possibilitou conhecer como estes compreendiam sua atuação profissional nestes espaços.

A partir da inserção nesses espaços e com base nas orientações obtidas, esta Dissertação foi se inclinando para o estudo das imagens sociais de adolescentes em acolhimento institucional, envolvendo profissionais da área da educação. Para seguir este propósito, sugere-se sua discussão e reflexão a partir do resgate da história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil e suas imagens sociais, mas também a investigação de aspectos que cercam a relação dos serviços de acolhimento e a escola e a pesquisa sobre imagens sociais no contexto do acolhimento institucional e o contexto escolar. A proposta é fazer essa reflexão com base em uma visão sistêmica sobre as imagens sociais de instituições de acolhimento e dos adolescentes que nela permanecem institucionalizados.

Imagens Sociais e a Cultura da Institucionalização de Crianças e Adolescentes no Brasil

De acordo com Domingues (2013), as imagens sociais correspondem a uma forma de classificação de indivíduos a partir da construção de teorias sobre eles ou sobre seu modo de comportamento. Para Patias, Siqueira e Dell’Aglío (2017), as imagens sociais estruturam-se em três dimensões: cognitiva, afetiva e avaliativa. A cognitiva aborda as informações recebidas e compartilhadas, que se constituem nos estereótipos, compreendidos a partir de um processo que possibilita a criação de categorias para enquadrar grupos de pessoas (Machado, 2018). A dimensão afetiva inclui as emoções que se estabelecem no relacionamento entre dois grupos ou mais em uma sociedade; a última dimensão, trata-se da avaliativa, que aborda a valorização associada aos grupos sociais.

As imagens sociais também geram impacto no comportamento das pessoas, e, quando associadas a grupos minoritários, podem gerar diferentes níveis de impacto na vida destas pessoas (Domingues, 2013). Segundo Porto (2019), o termo “grupos minoritários”, inclui pessoas, comumente associadas à periferia e à marginalidade social, o que configura uma imagem estigmatizada do sujeito cuja condição socioeconômica não é favorável diante de um contexto de luta de classes e desigualdade ampla. Diante disso, compreende-se que todo estigma carrega uma história que levou tempo para ser construída e perpetuada, os quais possibilitam a segregação das minorias, marginalizando aquilo que foge ao padrão, incluindo crianças e adolescentes que vivem em serviços de acolhimento institucional (Wendt, 2016).

Sendo assim, a infância e a adolescência são representadas socialmente a partir de concepções construídas por múltiplos olhares, que trazem influências de concepções teóricas e práticas com esses grupos (Patias, Siqueira, & Dell’Aglío, 2017; Frota, 2007). Ou seja, as imagens sociais são produto de relações inter e intragrupais, que no caso das crianças e adolescentes em situação de pobreza e vulnerabilidade, remetem à cultura da institucionalização no país.

Segundo Casas (2006 e 2010), observa-se na história ocidental a consolidação de ideias explícitas e implícitas sobre a infância e a adolescência, tornando possível que as imagens sociais dessas categorias se constituam em conjuntos de saberes associados a uma realidade que condiciona crianças e adolescentes a experiências e perspectivas cristalizadas. Todo esse conjunto de crenças acerca da infância e da adolescência, a partir do momento que é compartilhado socialmente, influencia a forma de agir e pensar diante destes sujeitos.

Sendo assim, considera-se que a investigação das imagens sociais de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, precisa estar apoiada em uma base conceitual consistente, adotando uma definição clara deste construto e ainda discuti-lo em

uma perspectiva histórica, resgatando políticas e instituições que foram lhes dando forma ao longo dos séculos.

Segundo Dias e Silva (2012), a história brasileira revela que a situação de vulnerabilidade, risco ou pobreza tem marcado as diferentes configurações da infância no país, mas que, a despeito disto, a primeira resposta em direção à proteção social tem sido o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar. Em razão disso, quando se revisita a história da política de proteção à infância no século XIX e parte do século XX, observa-se que tem sido propagada uma cultura que valoriza a institucionalização.

Nesses termos, diante de situações que envolvem abandono, delinquência, orfandade, crianças e adolescentes em situação de pobreza eram colocados em internatos e segregados do convívio social. Ressalta-se que o século XX destacou-se como o período no qual o principal instrumento de atendimento à infância em situação de pobreza no Brasil foi a reclusão em grandes instituições (Rizzini & Rizzini, 2004).

Ao longo da história, as chamadas instituições totais (Goffman, 2004) para crianças e adolescentes sofreram transformações funcionais, sendo remodeladas de acordo como fatores político-ideológicos que moviam o país. Partindo da lógica ideal de formação do indivíduo, no início do século XX, a pedagogia moderna trouxe novos projetos de funcionamento, para que todo e qualquer comportamento fosse voltado para o amor ao trabalho, à disciplina e à submissão (Callou, 2016). É a partir desse momento que se instalam no Brasil as Casas de Educandos Artífices, tais instituições eram responsáveis por ofertar instrução a meninos matriculados, bem como ensinar algum tipo de ofício (Rizzini & Rizzini, 2004).

Em 1922, houve uma ampliação e diversificação do panorama da assistência, tendo como principal dispositivo a internação em espaços fechados. Sendo assim, o destino de muitas crianças e adolescentes foram as instituições totais (educandários, internatos, orfanatos e suas variações; institutos *orphanológicos* e *orphelinatos*), marcadas por barreiras entre o mundo interno (as vivências experienciadas dentro das instituições) e o mundo externo (a sociedade fora dos muros das instituições), caracterizadas como locais onde os indivíduos eram mantidos enclausurados, separados da sociedade por tempo prolongado (Goffman, 2004).

Considerava-se que tais instituições eram o lugar ideal para a formação do cidadão, onde não haveria desorganização ou problemas sociais, que eram observados pelos higienistas, educadores e juristas da época. Partia-se, então, da ideia de que era preciso salvar a “infância fragilizada”, formando um cidadão voltado para o âmbito do trabalho, considerado

como força e alma da nação. Para atingir tal objetivo, o Estado deveria preocupar-se com a formação do caráter das crianças e seria de sua responsabilidade os ensinamentos sobre o amor pelo trabalho, o respeito pelos superiores em geral, as noções de ordem e desordem, de civilização e barbárie e todos os demais princípios da moral burguesa (Sabino, 2012).

É nesse ideário que, em 1927, o Código de Menores foi aprovado, direcionado para crianças e adolescentes considerados como desvalidos, vadios e mendigos, a partir do qual eram identificados, encaminhados, transferidos e desligados de instituições criadas para esse fim (Marcílio, 1998; Baptista, 2006; Pilotti & Rizzini, 2011). Aqui as imagens sociais emergem de forma mais consistentes desde a nomenclatura “menores” até os adjetivos “desvalidos, vadios e mendigos” usados para caracterizar esta parcela da população.

Dessa forma, em meados do século XX, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), o qual, entre outras atribuições, ocupava-se do encaminhamento dos chamados menores, vadios, desvalidos, entre outros termos, para as instituições que possuíam convênios com o governo, enquanto para aqueles considerados delinquentes, voltava-se à sua inserção nas escolas públicas de reforma e de caráter correccional e, em última instância, para os presídios (Rizzini & Pilotti, 2011). No entanto, em que pese o valor das suas atribuições, multiplicavam-se denúncias remetendo à precariedade das instituições e maus tratos à população infantojuvenil atendida, levando autoridades, políticos e, até mesmo, seus diretores a proporem a criação de um novo instituto (Pilotti & Rizzini, 1995; Rizzini & Rizzini, 2004).

É nesse cenário, especificamente, a partir da Ditadura Militar em 1964, que culminou em um dos marcos da história da institucionalização de crianças e adolescentes, que, em nome da segurança nacional, estruturou-se a Política Nacional de Bem Estar do Menor, materializada pela Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM) e pela Fundação Estadual de Bem Estar do Menor (FEBEM), o Estado optou por educar pelo medo, estabelecendo rotinas rígidas em relação às atividades desempenhadas, vestuário, alimentação, ofício, lazer e repouso (Passetti, 2013).

Em 1979, um novo Código de Menores entrou em vigor, sinalizando que os juízes teriam todo o poder de decisão sobre crianças e adolescentes que se encontravam em situação irregular, destaca-se que tanto aqueles em situação de pobreza, quanto os chamados infratores, eram encaminhados para as mesmas instituições, caracterizadas pelo isolamento e reclusão. O Código de Menores de 1979, na medida em que atualizou a Política Nacional do Bem-Estar do Menor - PNBEM, também favoreceu o processo de estigmatização de crianças e adolescentes (Lorenzi, 2007; Cruz, 2019).

Ao final da década de 1970 e início dos anos de 1980, pautado por um forte movimento de mudança do cenário político no país, a noção de que todas as questões que se caracterizavam como problemas das crianças e dos adolescentes tinham suas raízes estruturais, vindas da má distribuição de renda e da desigualdade social, fazendo com que os movimentos engajados na luta pelos direitos de crianças e adolescentes ganhassem espaços de discussões sobre os direitos infantojuvenis. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 surge como importante documento, trazendo em seu artigo 227, considerado como a expressão constitucional da Doutrina de Proteção Integral, a consideração de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, assegurando-lhes com total prioridade o direito à vida, à saúde, à cultura, ao lazer, à liberdade, à educação, à dignidade, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, exploração e opressão (Brasil, 1988).

Em 1990, assim, é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990), trazendo um novo olhar sobre crianças e adolescentes brasileiros, considerando-os como sujeitos de direitos, tendo em vista sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e com prioridade absoluta, sendo mais vulneráveis e necessitados de cuidados, observando-se, ainda, as diferenças individuais e as condições essenciais à sua subsistência. Renova-se, então, o contexto em que o acolhimento institucional é considerado uma medida de proteção especial, excepcional e provisória, que busca preservar a integridade biopsicológica de crianças e adolescentes cujos direitos foram ameaçados ou violados, além de fundamentar suas ações pelo direito fundamental à convivência familiar e comunitária.

A partir das diretrizes previstas no ECA, os serviços de acolhimento, termo instituído com a promulgação da Lei 12.010 (Brasil, 2009) para crianças e adolescentes, passam a ser vistos como espaços que devem atuar na preservação de vínculos familiares, atendimento personalizado em pequenos grupos, desenvolvimento de atividades em regime de coeducação, não-desmembramento de grupos de irmãos, participação na vida comunitária local e participação de pessoas da comunidade no processo educativo, conforme as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009). O acolhimento institucional não deve ultrapassar o período máximo de 02 anos (Lei n.12.010/2009), uma vez que apesar da importância de uma instituição de acolhimento na proteção de crianças e adolescentes, há de se considerar que ela não substitui a proximidade e a personalização dos vínculos familiares (Ladvocat, 2016; Passos & Silva, 2017).

Para Fonseca (2016), as mudanças ocorridas no Brasil acerca do formato e caráter das instituições voltadas para crianças e adolescentes, refletem os movimentos e esforços nacionais e internacionais pela dignidade e respeito a essa fase e suas demandas de

desenvolvimento. Diante disso, compreende-se que as normativas e rotinas, como o atendimento caritativo, totalizado e massificado, vem sendo substituídos por um atendimento direcionada para grupos menores e de forma mais individualizado, de forma significativa e mais atenta aos direitos de crianças, adolescentes e de suas famílias.

Para Wendt, Dullius e Dell’Aglío (2017), houve mudanças significativas na legislação brasileira voltada para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, no entanto, para essas autoras, as imagens sociais destes sujeitos continuam atreladas a características e concepções negativas, uma vez que foram consolidadas ao longo do tempo. Especificamente, ao voltar o olhar para o adolescente institucionalizado, percebe-se que este torna-se mais e mais alvo de preconceitos, sendo marcados por estigmas sociais que acarretam sua invisibilidade na sociedade, e julgados ainda como problemáticos (Portela, 2012; Arpini, 2003).

Desse modo, torna-se necessário identificar como as imagens sociais de crianças e adolescentes em acolhimento institucional têm sido estudadas nos últimos anos. Observa-se que tanto na literatura internacional, quanto na nacional, diversos estudos apontam que as crianças e adolescentes que vivem em serviços de acolhimento são considerados, aos olhos da sociedade, como sujeitos problemáticos, incapazes de se desenvolverem de modo saudável (Arpini, 2003; Burns, Phillips, Wagner, Barth, & Kolko, 2004; Cavalcante, Magalhães, & Reis, 2014; Crozier & Barth, 2005; Trout, Nordness, Piercer, & Epstein, 2003).

Diversos estudos sobre imagens sociais de crianças, adolescentes, famílias, acolhimento institucional apontam atributos negativos a estes sujeitos, quando comparados a adolescentes e crianças não institucionalizados e famílias de nível socioeconômico diferentes, demonstrando que estar em situação de acolhimento traz consigo estigmas sociais (Domingues, 2013; Patias, Garcia, & Dell’Aglío, 2016; Zappe, Yunes, & Dell’Aglío, 2016).

O estudo de Machado, Scott e Siqueira (2016), que objetivou conhecer as imagens sociais atribuídas às crianças institucionalizadas e suas famílias, converge com resultados anteriores. De acordo com os autores, mesmo com os avanços na legislação brasileira sobre os serviços de acolhimento, as imagens sociais sobre os sujeitos em questão pouco se modificaram ao longo do tempo e não acompanharam as mudanças legislativas brasileiras e colaboram pouco a superação das marcas de uma história excludente. O imaginário social em relação a crianças e adolescentes acolhidos pode contribuir com práticas de (re) violação de seus direitos e sustentar marcas excludentes presentes na história.

Estudos como o elaborado por Cruz (2019), intitulado “Os cem/sem vizinhos: imagens sociais de adolescentes em acolhimento institucional”, que teve como objetivo

descrever as imagens sociais atribuídas ao adolescente em acolhimento institucional a partir da relação de vizinhança relatada por moradores vizinhos aos serviços de acolhimento, apontam o predomínio de atributos de valência negativa (agressivo, desmotivados, inseguro, dentre outros) Esse estudo, em particular, demonstra que os atributos que mais predominaram foram aqueles de valência negativa, corroborando com a literatura da área. Nela há evidências de que a imagem social é predominantemente negativa, o que significa dizer que são associados ao adolescente institucionalizado atributos com sentido depreciativo e inferiorizante (Wendt et al., 2017; Calheiros, Garrido, Lopes, & Patrício, 2015).

Em suma, as pesquisas citadas demonstram quais imagens sociais são, comumente, associadas às crianças, adolescentes e suas famílias, quando inseridas em contexto do acolhimento institucional, sendo estas, em sua maioria, imagens sociais negativas, o que demonstra que mesmo com os avanços das legislações, com as mudanças no atendimento voltados para estes sujeitos, o imaginário social ainda é permeado por características das instituições passadas. Ressalta-se que a prioridade deve ser a manutenção dos meios de socialização favoráveis da criança e do adolescente, tendo ligação direta com a família e sua comunidade, objetivando a minimização do impacto da institucionalização, sendo assim, a interação e o estabelecimento de relações com a comunidade, da qual fazem parte (Cruz, 2019).

Partindo desse pressuposto, esta pesquisa direciona-se para a discussão articulada de quatro temas, a saber, imagens sociais, instituições de acolhimento, adolescentes em acolhimento institucional e contexto escolar, considerando-os a partir do ponto de vista de profissionais (diretores, coordenadores, técnicos, professores, entre outros) atuantes na área de educação. A discussão proposta, ao discorrer sobre o processo de (re)produção das imagens sociais atribuídas a esses adolescentes pelos profissionais mencionados e das instituições de acolhimento voltada para estes sujeitos, permitirá compreender a relação entre os serviços de acolhimento e a escola, a partir de uma perspectiva sistêmica. Nela o contexto escolar é reconhecido como um dos espaços primários, dos quais crianças e adolescentes fazem parte, caracterizando-se, deste modo, como contexto de (re) produção de imagens sociais.

A Escola como Espaço para a (Re) Produção de Imagens Sociais de Adolescentes em uma Instituição de Acolhimento

De acordo com Estevão (2018), a educação deve ser vista e reconhecida como direito fundamental de crianças e adolescentes, independente do contexto em que vivem, sendo a escola reconhecida como espaço onde relações são estabelecidas e atividades desenvolvidas.

Experiências vivenciadas nesses ambientes podem fazer, ou não, com que estes sujeitos se sintam parte integrante do contexto. No que tange à convivência comunitária, a escola atua como espaço fundamental para a garantia do direito a convivência comunitária, assim como no desenvolvimento afetivo emocional e social. Ainda que a escola seja considerada como espaço onde se dá e recebe diversos níveis de instruções, deve-se encarar-la, também, como lugar de vida, onde há a construção de identidade de crianças e adolescentes, bem como, a cultura de pares (Almeida & Vieira, 2006; Canário, 2005).

Diante disso, o acolhimento institucional não pode privar a criança e o adolescente do direito à convivência comunitária. Os serviços de acolhimento devem constituir parcerias com a rede local e a comunidade para fomentar a construção de vínculos significativos entre crianças, adolescentes e comunidade. Portanto, os serviços de acolhimento não devem mais concentrar em suas dependências equipamentos destinados à oferta de serviços de atendimento médico, odontológico, educação escolar e infantil (Brasil, 2009).

No estudo que tinha como foco imagens sociais sobre jovens em acolhimento institucional, Wendt, Dullius e Dell’Aglia (2017) apontam que é necessário compreender qual é a imagem social do adolescente acolhido, quando relacionada ao ambiente escolar, uma vez que a escola não está isenta de influências sociais, sendo perpassada pela matriz sócio-histórica da institucionalização de crianças e adolescentes, constituindo-se como um espaço no qual o adolescente em situação de acolhimento não faz parte, sendo excluído e, muitas vezes, silenciado (Wendt, 2017).

Assim, torna-se importante buscar, na literatura, estudos que abordem os serviços de acolhimento e as percepções de profissionais da educação. Nesse sentido, destacam-se os estudos de Pécora (2012), Salerno (2012), Izar (2011), Oliveira (2009) e Costa (2005). Para Pécora (2012), de modo peculiar, a concepção das professoras do Ensino Fundamental das escolas públicas de Corumbá/MS em relação às crianças acolhidas. Salerno (2012) mostrou a realidade da Escola Municipal de Porto Alegre, a partir das percepções de professores, servidores e alunos sobre as construções subjetivas da vida e suas relações com a escola. Izar (2011) relatou como ocorre à práxis pedagógica nos serviços de acolhimento institucionais, focalizando a pedagogia social. Oliveira (2009) abordou a inadequação curricular para se trabalhar com sujeitos acolhidos institucionalmente. Costa (2005) traz um estudo sobre o impacto das desconexões entre as instituições escola e os serviços de acolhimento na vida das crianças e adolescentes institucionalizados, apontando em seus resultados que os profissionais dos dois microssistemas apresentam a concepção de crianças “carentes” afetivamente e noções da importância da garantia do direito ao convívio familiar, destaca-se a prevalência,

nos dois ambiente, do pessimismo e incerteza sobre o futuro de crianças e adolescentes que vivem no serviço de acolhimento.

Cabe enfatizar que estudos sobre as crianças, os adolescentes, o acolhimento institucional, o contexto escolar e as imagens sociais não são encontradas em abundância na literatura. Em um dos estudos encontrados que apontam nessa direção, o trabalho de Correr, Senem e Barros (2017) caracterizou a concepção de professores sobre crianças em acolhimento institucional em uma escola de ensino fundamental, participaram 8 professores que lecionavam em escolas públicas e, tinham em suas turmas regulares, crianças em situação de acolhimento institucional. Os resultados sugerem significados que determinam uma ação pedagógica reducionista, as crianças foram compreendidas a partir de palavras que explicitam a recorrência de atributos negativos: rebeldes, revoltada, difícil, agressiva e invejosa.

O estudo realizado por Barros (2015), cujo objetivo foi estudar as dificuldades que permeiam o processo de escolarização de crianças e adolescentes institucionalmente acolhidos, corroboram os de Correr et al. (2017). Segundo a autora, havia uma cultura disseminada pela direção da escola, que perpassava por estigmas, a partir do atributo ‘psicopata’ e pela suposição do vir a ser, caso os meninos não fossem corrigidos. Os resultados também sugerem, no mesmo estudo, um processo de exclusão explícito por parte da escola com crianças institucionalizadas. A autora conclui que nas escolas há processos de invisibilidade e de marcação ostensiva da diferença altamente segregadora.

Nessa perspectiva, estudo elaborado por Pinto (2014), que teve como objetivo compreender o significado da escola na vida de adolescentes em acolhimento institucional, traz resultados similares, revelando que entre os colegas de classe, as imagens dos serviços de acolhimento estavam associadas aos conventos e, também, à ideia de que crianças e adolescentes que vivem em uma instituição de acolhimento são maltratados.

Corroborando estes resultados, destaca-se a tese de Martins (2020), que descreveu as vivências das infâncias com crianças em situação de acolhimento institucional, a partir do método da decomposição em unidades e do estudo do desenvolvimento da criança na sua totalidade. A autora demonstra que o ser humano se constitui a partir da relação pessoa-meio. Como resultados da sua pesquisa, afirma que a educação não cumpre seu papel frente ao desenvolvimento humano, uma vez que o ambiente escolar ainda se configura como um cenário propício à produção de processos de exclusão e rotulação, constatando, dessa forma, que a criança em situação de acolhimento institucional é invisibilizada no contexto escolar, sendo associada a ela imagens sociais negativas, tais como: incapaz e carente. De forma convergente, para Rosa e Catroli (2013), existe um imaginário social que compreende o

adolescente em situação de vulnerabilidade como apenas mais um que entra e sai de instituições, tendo suas vivências marcadas por violência, rejeição, humilhação e medo, tornando-os suscetíveis a receber rótulos e imagens sociais negativas.

Diante desse contexto, Somer, Júnior e Barros (2018) desenvolveram sua pesquisa com o objetivo de entender as representações sociais que adolescentes em acolhimento institucional possuíam sobre as escolas que frequentavam. Os autores apontam que as interações entre professores e os adolescentes não se apresentava de forma satisfatória, sendo marcada por práticas de *bullying* e estigmas presentes no imaginário social destes profissionais; diferente das relações estabelecidas entre os professores e os adolescentes não institucionalizados.

Nessa perspectiva, o estudo de Rodrigues, Gava, Sarriera e Dell’Aglío (2014), que investigou as relações entre a percepção de preconceito e a autoestima no contexto educacional, comparando adolescentes em situação de acolhimento institucional e adolescentes que viviam com suas famílias, constatou que viver em serviço de acolhimento institucional carrega as marcas do processo de estigmatização, devido à imagem social de crianças e adolescentes acolhidos serem associadas a características negativas. E as famílias de crianças e adolescentes institucionalizados também são associadas a características negativas, conforme verificado na pesquisa realizada por Zappe, Yunes e Dell’Aglío (2016).

Todos os estudos apresentados assemelham-se quando, em seus resultados, demonstram que crianças e adolescentes que vivem em serviços de acolhimento ainda são associados às imagens sociais negativas, principalmente, quando inseridas em ambientes educacionais, Costa (2005) aponta que estes sujeitos são considerados, na escola, como aqueles que não se encaixam e diferentes dos demais aos olhos dos profissionais que atuam nestes espaços.

Então, no lugar de um ambiente afetivo, acolhedor que seja favorável ao seu desenvolvimento, crianças e adolescentes institucionalizados veem as escolas como um ambiente que promove situações de abandono e, por vezes, constrangedoras (Costa, 2005). No que diz respeito a atuação dos professores, Souza (2008) discorre que muitos profissionais não sabem lidar com alunos que vivem em serviços de acolhimento institucional, o que pode fazer com que o professor tenha atitudes consideradas incorretas, como proteção especial ou atribuir defeitos e culpabilizar por tudo aquilo que ele considera ser inaceitável. Para Calado (2003), é necessário efetivamente que os professores tenham competências interculturais desenvolvidas através da formação, de forma a conseguirem desenvolver o currículo de uma forma isenta de estereótipos socioculturais e étnicos.

Para Caio (2014), as histórias de vida de crianças e adolescentes institucionalizados contribuem para a desestabilização comportamental, emocional e relacional com a escola, bem como com os professores e colegas de turma, contribuindo para um desinteresse pelo saber. Segundo a autora, é possível afirmar que a escola – para crianças e adolescentes institucionalizados – torna-se um lugar preenchido por dificuldades de relacionamento e na construção de identidade, fazendo com que a escola ainda se caracterize como espaço onde as desigualdades sociais persistem. De acordo com Pécora (2012), professores ainda utilizam práticas educacionais consideradas fundamentalmente disciplinadoras, onde não há interação entre o professor e o aluno, contribuindo para que a escola não seja um lugar que possibilite a inclusão social de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente.

Dessa forma, ainda deve ser considerado as outras variáveis inseridas nesse contexto que exercem influência no desenvolvimento de crianças e adolescentes, como o clima escolar que refere-se à qualidade e consistência das interações pessoais estabelecidas na escola, bem como, aos múltiplos aspectos, tais como, normas, metas, valores, qualidade dos relacionamentos interpessoais, práticas de ensino e aprendizagem e estruturas. Assume-se que tais aspectos afetam o desenvolvimento cognitivo, social e psicológico de todos os alunos (Petrucchi, 2016; Cohen, McCabe, Michelli & Pickeral, 2009).

Ao abordar a relação entre professor e aluno, Oliveira (2009) aponta que professores caracterizam estes alunos como agressivos, diferenciando-os dos demais colegas de classe, para além, o autor argumenta que, em sua maioria, os professores procuram investigar os motivos que tornam tais alunos agressivos, apenas é relatado a coordenação sobre o mau comportamento. Compreende-se, então, a existência de fragilidade nesta relação, onde, por vezes, não há o empenho na busca das razões que levam a determinados comportamentos, por parte dos alunos, em sala de aula.

Ainda cabe ressaltar a existência de certa distância entre a escola e os serviços de acolhimento, implicando ausência de diálogo entre essas duas instituições, o que resulta na falta de informações compartilhadas, uma vez que professores e demais profissionais que atuam nas escolas apontam não saber que estão dando aula para crianças ou adolescentes que vivem sem serviços de acolhimento (Pécora, 2012).

Segundo Carlos (2011), a escola deve atuar na diminuição do preconceito, no entanto, está muito longe de funcionar como uma instituição de proteção mesmo que possua meios e tecnologias para isto. Sendo assim, é necessário que exista uma boa conexão entre os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes e as instituições educacionais, para que dessa forma, seja possível estabelecer estratégias e ações que atuem na melhoria da relação entre

estes dois espaços. E para que a escola seja um lugar de inclusão, deve assumir um papel que possibilite interações afetivas e de desenvolvimento. A discussão proposta, ao discorrer sobre o processo de produção e reprodução das imagens sociais atribuídas a esses adolescentes por esses profissionais, permitirá compreender a relação entre os serviços de acolhimento e a escola, a partir de uma perspectiva sistêmica.

Serviços de Acolhimento e a Escola: uma Perspectiva Sistêmica

A presente pesquisa traz como referencial teórico a bioecologia do desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner (2011). Destaca-se que a teoria é constituída por um modelo compreendido a partir de quatro dimensões – Pessoa; Processo; Contexto e Tempo. Nesse sentido, a articulação entre as estas dimensões são fundamentais para a compreensão das interações que interligam os contextos escolar e de acolhimento institucional.

Para Bronfenbrenner (1996), a pessoa em desenvolvimento, com suas características biopsicológicas, é um ser ativo, que influencia, tanto quanto é influenciada, nos ambientes nos quais se desenvolve e interage. As interações estabelecidas podem ser caracterizadas como Processos Proximais, que são processos específicos de interação entre a pessoa em desenvolvimento e o contexto desenvolvimental no decorrer do tempo, sendo considerados como fontes principais do desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Para que uma interação seja definida como Processo Proximal é necessário, entre outros, que as relações interpessoais sejam recíprocas, onde as pessoas, objetos e símbolos, partes do ambiente imediato, estimulem a atenção, exploração, manipulação e a imaginação da pessoa desenvolvente (Bronfenbrenner, 1996).

Quanto à dimensão Contexto, esta refere-se a um sistema composto por quatro níveis ambientais: microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema (Bronfenbrenner, 2011; Tudge, 2008). Compreende-se o microssistema como um padrão de atividades, papéis em relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento em determinado ambiente com características físicas, materiais e simbólicas (Bronfenbrenner, 1996); trata-se, então, de um ambiente onde crianças e adolescentes em situação de acolhimento estabelecem interações diretas com o contexto. Quando se fala em crianças e adolescentes institucionalizados, o serviço de acolhimento torna-se o seu ambiente imediato, ou seja, o microssistema onde realizam o maior número de atividades, assumem diferentes papéis e estabelecem interações pessoais (Yunes, Miranda, & Cuello, 2004).

Acrescenta-se que com a reconfiguração da institucionalização de crianças e adolescentes pelo ECA e com as Orientações Técnicas (Brasil, 2009), enquanto normativo

específico, os serviços de acolhimento deixaram de ser o único microssistema de crianças e adolescentes que precisam ser afastadas do convívio familiar. E diferentemente das instituições totais, devem garantir a participação das crianças/adolescentes em variados microssistemas, como por exemplo, a escola, a vizinhança, a igreja. Assim, “a articulação dos serviços de acolhimento com o sistema educacional é fundamental, pois a escola constitui importante instrumento para assegurar o direito à convivência comunitária” (Brasil, p. 46).

Na perspectiva bioecológica, o conjunto de microssistemas, nos quais a criança/adolescente participa ativamente, é denominado de mesossistema. Um ponto crítico de tal conceito inclui as inter-relações entre dois ou mais ambientes, dos quais a criança/adolescente faz parte, portanto, um mesossistema é formado/ampliado sempre que uma pessoa passa a frequentar um novo ambiente. Por isso, é fundamental a extensão e a natureza do conhecimento e das atitudes dos ambientes em relação ao outro (Bronfenbrenner, 1996). Segundo Tudge (2008), a qualidade das conexões estabelecidas define a força do mesossistema no processo de desenvolvimento. Logo, quanto mais força as ligações entre ambientes tiverem e mais fatores com força de influência existirem, mais forte será a importância das relações mesossistêmicas para a pessoa em desenvolvimento.

Segundo Acioli (2019), seguindo a linha de pensamento na qual aborda que estamos inseridos em ambientes ecológicos e seus diversos níveis, onde influenciemos e somos influenciados por eles, a instituição de acolhimento deve ser reconhecida como um contexto abrangente de desenvolvimento para crianças e adolescentes, uma vez que ele se caracteriza como um espaço que proporciona condições reais e desenvolve algumas competências decisivas para a formação da personalidade e sociabilidade próprias.

No caso de crianças e adolescentes em situação de acolhimento, as instituições devem, assim, fortalecer os canais de comunicação com as escolas onde estejam matriculadas as crianças e os adolescentes acolhidos. Sempre que possível, recomenda-se que o envolvimento da família de origem ou extensa no acompanhamento escolar das crianças e adolescentes seja estimulado em reuniões e comemorações escolares, por exemplo (Brasil, 2009). As instituições escolares devem trabalhar para tornar possível a compreensão da pluralidade de seus alunos e demais profissionais que compõe a comunidade escolar, considerando o indivíduo como um ser único e que, também, é complexo e cultural (Esteves & Ribeiro, 2016).

No caso de crianças e adolescentes em situação de acolhimento, as instituições devem, assim, fortalecer os canais de comunicação com as escolas onde estejam matriculadas as crianças e os adolescentes acolhidos. Sempre que possível, recomenda-se que o envolvimento da família de origem ou extensa no acompanhamento escolar das crianças e

adolescentes seja estimulado em reuniões e comemorações escolares, por exemplo (Brasil, 2009).

No que diz respeito aos ambientes nos quais a pessoa em desenvolvimento não atua como participante fisicamente presente, têm-se os exossistemas. Bronfenbrenner (1996) define o exossistema como o sistema que trata da inter-relação entre dois ou mais ambientes, sendo que em um deles, a pessoa em desenvolvimento não tem circulação ativa. No entanto, os eventos que ocorrem nos exossistemas afetam, ou são afetados por aquilo que acontece no microsistema do qual a pessoa em desenvolvimento faz parte. No caso do acolhimento institucional, constituem o exossistema para crianças e adolescentes acolhidos, o Conselho Tutelar, o Juizado e Promotoria da Infância e da Juventude, os Conselhos Municipais (Vasconcelos, Yunes, & Garcia, 2009), bem como os Conselhos Educacionais, as Secretarias da Educação e Assistência Social.

O macrosistema, por sua vez, trata-se da consistência, na forma e conteúdo do microsistema, do mesossistema e do exossistema, que existem, ou deveriam existir. Ou seja, abrange o conjunto de crenças, ideologias e culturas subjacentes a determinada sociedade (Bronfenbrenner, 1996). Em outras palavras, Bronfenbrenner (2011) compreende o macrosistema como a dimensão que envolve todos os sistemas anteriores a ele, que vão caracterizar um contexto social, abarcar crenças, recursos, estilos de vida e padrões de comportamento. A análise do macrosistema, por exemplo, auxilia a compreender como uma sociedade concebe a criança e o adolescente em situação de acolhimento institucional, a partir de valores, crenças, organização das políticas públicas, imagens sociais, entre outros.

Quanto à dimensão Tempo, o Cronossistema refere-se ao efeito do tempo sobre as outras dimensões, onde as interações estabelecidas relacionam-se aos atributos da pessoa, aos processos proximais e aos parâmetros do contexto. Pode-se dizer que fatores contextuais no nível macrosistêmico (mudanças de regime político e crises econômicas, por exemplo) podem afetar o desenvolvimento das pessoas e seus contextos (Benetti, Vieira, Crepaldi, & Schneider, 2013).

Para Krebs (2010), este constructo deve ser observado a partir de um ponto de vista histórico-evolutivo, dando importância tanto aos processos proximais, quanto ao processo histórico que envolve a pessoa e o ambiente, do qual faz parte. Em outras palavras, o Cronossistema está relacionado às pressões exercidas sobre a pessoa, devido às mudanças ocorridas ao longo do seu curso desenvolvimental, em virtude de eventos históricos a que está exposta e que afetam o desenvolvimento humano. Bronfenbrenner (1996) afirma as interações

estabelecidas de acordo com o papel que a pessoa desempenha no contexto influenciará as relações, a partir da expectativa da sociedade em relação a ela.

Diante disso, pode-se dizer que a articulação sinérgica entre as dimensões PPCT produz imagens sociais. Estas são compreendidas como ideias compartilhadas acerca de determinados grupos de pessoas ou sociedade para as quais são atribuídas certas características, valores e padrões de comportamento (Cruz, 2019; Calheiros, Garrido, Lopes, & Patrício, 2015; Corsini, 1999). Nesse sentido, a escola apresenta-se como microssistema favorável à produção de imagens sociais, pois muitas crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional frequentam a rede de ensino da comunidade. E essas crianças e adolescentes acabam trazendo marcas que fazem referência a história das próprias instituições, caracterizadas pelo autoritarismo (Arpini, 2003).

Assim, segundo as Orientações Técnicas (Brasil, 2009), os serviços de acolhimento, em a articulação com o sistema educacional, devem desenvolver ações de conscientização e sensibilização de professores e demais profissionais da escola, fazendo com que seja possível atuar como agentes facilitadores da integração de crianças e adolescentes no ambiente escolar. A partir da conscientização da importância do serviço de acolhimento entre todos envolvidos no contexto educacional, torna-se possível fazer com que a escola seja uma instância de referência, promovendo e fortalecendo vínculos (Moreira & Costa, 2016).

Dessa forma, Arpini (2003) argumenta que escola é atravessada pela matriz sócio-histórica, constituída por múltiplos discursos, como o que vem a ser a criança em acolhimento institucional. Por isso é importante compreender como crianças e adolescentes são percebidos dentro dos contextos escolares.

A sociedade, ao passo da sua evolução, deveria rever seu papel enquanto promotora de estereótipos, estigmas e rótulos para apontar fracassos individuais, principalmente aqueles que envolvem a escola como ambiente principal. Há de se considerar que dificuldades de aprendizagem, bem como, demais problemas que envolvem o ambiente escolar são, em parte, reflexos dos impactos das relações más estabelecidas, sugerindo que problemas escolares e/ou educacionais, não possuem ordem individual e sim coletivos (Esteves & Ribeiro, 2016).

Partindo da lógica de que a escola se configura como o segundo contexto em que a maioria das crianças (futuros adolescentes) frequenta regularmente, este espaço caracteriza-se como um ambiente de convívio social onde são construídas, sobretudo, as interações com os pares e com os professores, dessa forma, devido seu papel de cuidador durante todo um ano letivo, o relacionamento professor-aluno constitui-se como um processo proximal que

ocorre no ambiente escolar, podendo atuar como promotor do desenvolvimento de competências e disfunções nas crianças (Pretucci, Borsa & Koller, 2016).

Diante do exposto, assume-se que compreender quais as imagens sociais que profissionais da educação (professores, diretores, gestores e demais agentes escolares) constroem sobre crianças e adolescentes em acolhimento institucional, pode auxiliar no entendimento acerca de como as relações são estabelecidas no contexto escolar, além da construção de estratégias de articulação mais efetiva entre o serviço de acolhimento e a escola, em favor das crianças e adolescentes.

A elaboração da presente dissertação justifica-se, assim, pela relevância social desse tipo de investigação e pela baixa produção científica sobre o tema em tela. Desse modo, elaborou-se a seguinte questão: Quais são as imagens sociais que os profissionais da educação atribuem a adolescentes institucionalizados e às instituições de acolhimento? E para responder tal questão, o objetivo geral do estudo é investigar as imagens sociais atribuídas a instituições de acolhimento e a adolescentes institucionalizados por profissionais da educação. E como objetivos específicos têm-se: 1) Caracterizar sociodemograficamente os profissionais da educação participantes da pesquisa; 2) Analisar as características por eles atribuídas ao adolescente institucionalizado e a instituições de acolhimento.

Método

Trata-se de um estudo com delineamento transversal, de natureza exploratório-descritiva, com abordagem quanti-qualitativa dos dados. No que tange às considerações éticas, esta dissertação está vinculada à pesquisa de pós-doutorado “Imagens Sociais de crianças e adolescentes e contextos de vida: família e instituição de acolhimento”, coordenada pela psicóloga doutora Dalízia Amaral Cruz, com tutoria da professora doutora Lília Iêda Chaves Cavalcante do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, da Universidade Federal do Pará (UFPA). O referido projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética do Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará, sob o protocolo CAAE: 47997121.0.0000.5172.

Participantes

Participaram desta pesquisa 81 profissionais (jovens, adultos e idosos de ambos os sexos) da educação básica (professores, pedagogos, diretores, coordenadores, pedagogos e técnicos) da região metropolitana de Belém, de outros municípios do Estado do Pará (Marabá, Breves e Santarém) e, também, houve respondentes de outros estados, como São Paulo e Amapá, considerando o delineamento da coleta de dados do projeto ao qual a presente proposta de estudo está vinculada. A amostra é do tipo não-probabilística e selecionada por conveniência, onde os participantes responderam ao questionário de forma voluntária.

Foram incluídos nesta pesquisa profissionais atuantes na área da educação básica, tais como: diretores, coordenadores, técnicos e professores. Como critério de exclusão, não foram considerados os profissionais que estavam inseridos em outras áreas diferentes da educação básica.

Instrumento

Foi utilizado para coleta de dados o questionário aberto (Apêndice A), elaborado por Zappe, Yunes e Dell’Aglío, (2016), que tem como objetivo investigar as imagens de crianças, adolescentes e famílias com filhos em acolhimento institucional, famílias de *status* socioeconômicos baixo e médio (Zappe, Yunes, & Dell’Aglío, 2016). O questionário é composto por duas etapas: 1) duas seções, cada uma visa explorar as imagens de crianças e jovens associadas em quatro cenários contextuais: a) instituições de acolhimento, b) famílias

com filhos institucionalizados, c) famílias de *status* socioeconômico baixo e d) famílias de *status* socioeconômico médio; 2) Dados sociodemográficos.

Em virtude de o estudo ser conduzido de forma *on-line*, algumas adaptações no questionário foram necessárias: 1) Fez-se uma breve apresentação da pesquisa com um campo para o participante assinalar e dar continuidade ao preenchimento do formulário; 2) em seguida apresentou-se a primeira etapa da pesquisa com os dados sociodemográficos, onde acrescentou-se alguns campos de preenchimento (cidade/município e estado onde trabalha, com opções para estado civil, escolaridade, cargo e natureza do estabelecimento de ensino); o campo rendimento mensal foi retirado e 3) pequenas mudanças na linguagem foram feitas, como por exemplo: o enunciado “Pense em um jovem (entre 12 e 18 anos) que vive numa instituição. Como descreveria este jovem? Escreva 5 características de um jovem que viva neste contexto” ficou “Pense em um ADOLESCENTE (entre 12 e 18 anos) que vive **numa instituição**. Como você caracteriza este adolescente? Escreva 5 características de um ADOLESCENTE que viva **neste tipo de instituição**”. Além disso, optou-se pelo uso do termo ‘adolescente’, por ser o termo instituído pelo ECA (Brasil, 1990) para a faixa etária entre 12 e 18 anos.

Procedimentos

Coleta de dados

Em virtude do contexto de pandemia da COVID-19 atualmente, optou-se por coletar os dados de forma *on-line*, por meio da Plataforma *Survey Monkey*, que é uma companhia baseada em nuvem de desenvolvimento de pesquisa *on-line*. Nesse sentido, o questionário de aplicação foi vinculado à referida plataforma para ser divulgado nas redes sociais, especialmente, *WhatsApp*, *Facebook* e *E-mail*.

O participante respondente preencheu este questionário seguindo este roteiro: inicialmente, respondendo a etapa sobre seus dados sociodemográficos: idade, gênero, estado civil, escolaridade, entre outros (Figura 1).

1ª etapa - DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Você tem ou teve contato com crianças e/ou adolescentes que vivem em instituições de acolhimento? *

☐ Sim ☐ Não

Sexo:** * Feminino * Masculino

Idade*: _____

Qual a Cidade/Município onde você trabalha? * _____

Qual o Estado onde você trabalha? * _____

Estado Civil*: ☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a) ☐ União estável ☐ Outro _____

Figura 1. Dados Sociodemográficos presentes no questionário – 1ª etapa.

Em seguida, o participante respondeu a um questionário com foco no adolescente (Figura 2). Neste momento, foi realizado o preenchimento das questões relacionadas às características de um adolescente em acolhimento institucional, bem como, as características da família deste adolescente e da instituição na qual ele vive.

2ª etapa -Questionário ADOLESCENTES

Por favor, leia os textos com atenção antes de responder às questões.

O **acolhimento em abrigo** constitui uma das medidas de proteção e de garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes que, no seu meio natural de vida, estão expostos a condições adversas para o seu desenvolvimento. Esta medida de **acolhimento em instituição** consiste na colocação da **criança** ou **adolescente** aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipe técnica, oferecendo cuidados adequados e condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Pense em um ADOLESCENTE (entre 12 e 18 anos) que vive **numa instituição**. Como você caracteriza este adolescente? Escreva 5 características de um ADOLESCENTE que viva **neste tipo de instituição***.

1 – _____

2 – _____

3 – _____

4 – _____

5 – _____

Figura 2. Questionário sobre Adolescentes em Acolhimento Institucional – 2ª etapa.

Ainda nesta etapa, o participante respondeu cinco características sobre serviços de acolhimento para adolescente (Figura 2). E em seguida, foram respondidas as demais questões

do formulário, bem como, a 3ª etapa que abordava as características para crianças em acolhimento. Destaca-se que para esta dissertação foram consideradas apenas as questões envolvendo adolescentes em acolhimento e os serviços incluídos nesta modalidade.

Como você caracteriza uma instituição de acolhimento para adolescentes? Escreva 5 características para ESTAS INSTITUIÇÕES*.

1- _____

2- _____

3- _____

4- _____

5- _____

Figura 3. Questionário sobre Serviços de acolhimento para Adolescentes – 2ª etapa.

Seguindo as orientações da resolução 466/2012, aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) a partir da atualização do ofício 02/2021 sobre procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, o questionário é acompanhado de uma introdução que esclarece o objetivo geral do estudo, informando sobre o cuidado e a ausência do risco de tratamento discriminatório ou constrangedor colocado pela realização do estudo, destacando-se que todos os cuidados serão tomados para a realização de pesquisa com seres humanos em condições de segurança. Informa também que a participação é voluntária, podendo ser descontinuada a qualquer momento, e as respostas vistas como informações confidenciais, sendo analisadas em conjunto com as respostas de outros participantes.

Análise de dados

As características elencadas no questionário foram processadas pelo *software* IRaMuTeQ (*Interface de R pour l'és Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), utilizado como ferramenta auxiliar no processo de codificação de elementos textuais levantados por meio da coleta de dados. Este procedimento permitiu o processamento de dados para análise de frequência, prototípica e de similitude (Mutombo, 2013). Nela, foi possível identificar a estrutura imagética a partir dos critérios de frequência e ordem de evocação das palavras provenientes da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP).

Optou-se pela Análise Prototípica por caracterizar-se como uma das técnicas mais difundidas para caracterização estrutural de uma representação social, possibilitando a compreensão acerca de temas sociais, de modo a instrumentalizar intervenções profissionais (Wachelke, 2011). Esta análise, geralmente, é aplicada sobre dados na forma de palavras ou expressões evocadas por participantes ao lerem ou ouvirem um termo indutor, nesta pesquisa, foram utilizados como termos indutores: adolescentes que vivem em uma instituição de acolhimento e instituição de acolhimento para adolescentes.

Sendo assim, a análise prototípica baseia-se no princípio segundo o qual o quanto antes uma pessoa se lembra de uma palavra, maior é a representatividade desta num grupo formado por pessoas com perfil semelhante (Flament & Rouquette, 2003).

Resultados e Discussão

A análise foi realizada a partir das respostas de 81 profissionais atuantes da área da educação (professores, coordenadores, diretores, entre outros.) do município de Belém e de outros municípios do estado (Marabá, Breves e Santarém) e, também, profissionais de outros estados (Amapá e São Paulo) participaram, dentre os quais 60% são do sexo feminino, 31% do sexo masculino e 9% assinalaram o item outros. Quanto à escolaridade, 91% concluíram uma a graduação e sobre o cargo, a maioria é professor, o que representa 74% dos respondentes. Sobre a natureza do serviço, 43% atuam em escola municipal e 41% atuam em escolas estaduais. Destaca-se que 70% dos participantes assinalaram ter/já ter tido contato com adolescentes em acolhimento institucional. Os referidos participantes forneceram cinco respostas de evocação ao estímulo “Adolescente que vive numa instituição”. Este estudo traz uma exploração inicial da estrutura da imagem social sobre adolescentes atendidos em serviços de acolhimento institucional.

Imagens Sociais de Adolescentes em Acolhimento Atribuídas por Profissionais da Educação

Destaca-se que, para que fosse possível realizar a análise proposta neste estudo sem que houvesse ambiguidade e divergências no processo de categorização dos conteúdos apresentados, o banco de dados relacionado ao estímulo indutor “adolescentes em acolhimento institucional” foi lematizado, possibilitando o agrupamento de palavras com o mesmo radical e semelhanças semânticas, sendo definidas as categorias que comportassem tais respostas (Figura 4).

Categoria	Palavras Agrupadas
Domínio Familiar	família distante; família desestruturada, pouca referência familiar e ausência paterna, familiares ausentes, violentado sociofamiliar
Domínio Educacional	baixa escolaridade e defasagem escolar
Solitário	sozinho, isolado
Amável	amoroso, amado, afetuoso, afetivo;
Pobre	desfavorecido economicamente, periférico, baixa renda.

Figura 4. Lematização e agrupamento de palavras semelhantes.

A média geral de frequência foi de 4,84 (frequência média das evocações). As evocações foram agrupadas conforme procedimentos de lematização (tratamento de equivalência das

palavras) e a frequência mínima considerada para inclusão das palavras nos quadrantes foi igual a 2. Referente às determinações dos pontos de corte para as coordenadas dos quadrantes, foi empregado o critério da mediana nas ordens de evocação; como havia cinco respostas por participante, o valor do ponto de corte foi 2,86 (critério do ponto de corte da ordem de evocação).

Os resultados da análise prototípica mencionada mostram que no quadrante superior esquerdo apresenta as palavras com alta frequência (frequência maior que a média das outras palavras) e baixa ordem de evocação (palavras que foram prontamente evocadas). Elas seriam prováveis indicadoras do núcleo central da imagem social que os profissionais têm. Assim, as duas palavras que provavelmente se referem a elementos centrais da imagem social sobre adolescentes atendidos em serviços de acolhimento institucional são “carente” e “triste”, ambas com altas frequências (maiores que 4,84) e ordens médias de evocação inferiores a 2,86.

Tabela 1.

Análise prototípica referente ao estímulo indutor “Adolescente que vive numa instituição” (N = 81)

Ordem Média de Evocação (OME) < 2,86				Ordem Média de Evocação (OME) ≥ 2,86		
Palavra	Freq. ≥ 4,84	Frequência	OME	Palavra	Frequência	OME
Carente		34	2,1	Revoltado	17	3,2
Triste		23	2,8	Abandonado	09	3,3
				Ansioso	08	3,1
				Domínio		
				Educacional	08	3,9
	Freq. < 4,84					
Inquieto		04	2,2	Esperançoso	04	3,8
Deprimido		04	2,8	Humilde	03	4,0
Questionador		03	2,5	Negligenciado	03	3,0
Desamparado		03	1,3	Desorientado	03	4,0
Assustado		03	2,7	Carinhoso	03	3,7
				Isolado	03	3,0

As características presentes no quadrante superior esquerdo (Tabela 1 - Apêndice B) sugerem que o conhecimento compartilhado pelos profissionais da educação caracteriza-se por conceber que adolescentes em acolhimento institucional são carentes (de afeto ou de condições materiais) e tristes, pela condição de estarem institucionalizados. Compreende-se que as palavras carente e triste foram classificadas como tendo valência negativa, conforme observado também no estudo de Cruz (2019). Além disso, as referidas palavras apresentaram médias mais altas, quando associadas a adolescentes que estavam em situação de acolhimento

institucional. Os resultados da presente dissertação corroboram igualmente os apresentados pelo estudo de Wendt et. al (2017), que enfatizou características negativas, como triste e carente, apontando médias mais altas, quando associadas a adolescentes em acolhimento institucional.

De acordo com Cruz (2019), imagens sociais associadas a adolescentes institucionalizados desenvolvem-se a partir de estereótipos construídos pela sociedade, na medida em interações vão se estabelecendo. Nesse sentido, compreende-se que tais estereótipos podem ocasionar consequências negativas para o desenvolvimento do adolescente que vive numa instituição de acolhimento, além de serem consistências componentes do macrosistema, conforme apresentado por Bronfenbrenner (1996, 2011), que abrange padrões de organização e comportamento, definidos por uma percepção global no microsistema, mesossistema e exossistema (Cruz, 2019).

Compreende-se que a escola integra o indivíduo à sociedade, na medida em que se constitui como um ambiente que promove a aprendizagem, proporcionando um espaço de socialização entre crianças e adolescentes, onde eles podem estabelecer vínculos. No entanto, a escola vem se mostrando falha em seu papel protetivo para com os adolescentes que vivenciam o acolhimento institucional, uma vez que pode possibilitar relações fragilizadas, seja entre os colegas ou com os profissionais da escola (Fonseca, 2017; Abaid & Dell’Aglio, 2014).

Cabe ressaltar que a presença de imagens sociais negativas atribuídas a adolescentes em acolhimento está entrelaçada às concepções de família presentes no imaginário social, na modernidade, que foram construídas e cristalizadas ao longo do tempo. Logo, esta idealização de família tradicional caracteriza-se como a única capaz de propiciar um desenvolvimento saudável a seus membros. Quando por qualquer razão isto não ocorre, esta família passa a ser concebida como incapaz ou desestruturada e o adolescente, neste contexto, torna-se uma extensão deste meio, trazendo consigo as mesmas imagens atribuídas ela (Arpini, 2003; Casas, 2010; Patias, Abaid, & Gabriel, 2011; Domingues, 2013).

As características apresentadas no primeiro quadrante possibilitam mais reflexões ao pensarmos que o grupo respondente desta pesquisa foram profissionais da educação básica, estes resultados sinalizam um distanciamento entre os serviços de acolhimento e as escolas, tendo como consequência prejuízo nas interações que podem ser estabelecidas neste ambiente, bem como, na relação ensino-aprendizagem, impedindo uma inclusão efetiva de crianças e adolescentes (Batista, Almeida, 2008; Somer, Junior, & Barros, 2018).

E como contexto comunitário, onde as pessoas cotidianamente estabelecem relações e desenvolvem práticas sociais, tradutoras de modos de vida contemporâneos, a escola, de um ponto de vista bioecológico, deve ter como referência a importância das relações estabelecidas em seu interior, bem como sua própria relação e mesossistêmica com outros ambientes, como o serviço de acolhimento. Ou seja, a pessoa se desenvolve continuamente a partir de relações de reciprocidade entre ela e os diferentes ambientes ecológicos dos quais faz parte, do mais imediato ao mais remoto (Cruz, 2019). O meio ambiente, portanto, não se limita a somente um ambiente imediato, mas abrange a interconexão entre ambientes, influenciados por uma consistência macrossistêmica (Bronfenbrenner, 1996).

No quadrante superior direito tem-se a primeira periferia, com as palavras que têm alta frequência, mas que tiveram média ordem de evocação, ou seja, não foram prontamente evocadas. Assim, a palavra “revoltado”, apesar de não estar na zona do núcleo central, por ter uma ordem de evocação mais alta que o ponto de corte, sugere um comportamento associado ao adolescente em acolhimento institucional, amplamente apontado pela literatura (Cruz, 2019; Wendt et al., 2017; Calheiros, Garrido, Lopes, & Patrício, 2015). Destaca-se a relação entre as características “abandonado” e “desamparado”, está presente no quadrante inferior esquerdo, com significado semelhante. Compreende-se que as características apontadas no segundo e no terceiro quadrante, ainda se encaixam na mesma direção das palavras do núcleo central, ou seja, palavras de valência negativa.

Destaca-se, portanto, que a presença de imagens sociais negativas associadas a adolescentes institucionalizados permanecem, sendo pouco alteradas devido a força de sua influência histórica e a compreensão de que as modificações que podem ocorrer nesse sentido são, em sua maioria, mais lentas e complexas (Patias et. al, 2017)

É importante ressaltar que a categoria “domínio educacional” foi prontamente evocada para caracterizar adolescentes em acolhimento institucional, o que corrobora o estudo de Santos (2009). Nele profissionais da educação, especialmente os professores, mencionam que estar em uma família em situação de risco e/ou vulnerabilidade e, em seguida, viver em um serviço de acolhimento, reflete em um baixo desempenho escolar e outros problemas relacionados a escola e sua comunidade. A presença dessa característica corrobora o estudo de Fonseca (2017) ao apontar que a vivência precoce e prolongada em instituições de acolhimento pode potencializar baixo rendimento escolar, dificuldades na aprendizagem e nas relações interpessoais, o que pode afetar a motivação para aprender, o modo como estes adolescentes enxergam o seu futuro e como são reconhecidos em salas de aula.

E no quadrante inferior direito, zona de contraste, foram indicadas as palavras com menor frequência e maior ordem de evocação, ou seja, não foram as primeiras palavras evocadas pelos profissionais. Contudo, mesmo com baixa frequência e com a presença de outras palavras negativas, pode ser um indício de modificação das imagens sociais, ou que estas estão em processo de construção, sendo possível observar palavras de valência positiva: “esperançoso” e “carinhoso”.

Este resultado sinaliza importante tendência de mudança das imagens sociais de adolescentes em acolhimento institucional, na medida em que possibilita novos caminhos na compreensão destes sujeitos no ambiente escolar. O art. 100 do ECA prevê que diversos seguimentos da sociedade, incluindo profissionais da educação, devem atuar para que crianças e adolescentes sejam considerados sujeitos de direitos. Nesse sentido, o direito à educação é fundamental na efetivação de proteção integral, sendo necessário para a construção de uma cultura de direitos humanos efetivos para todos (Dias, 2007; Sirbu, 2017).

Para Costa (2011), a vivência nos diversos níveis do ambiente, propicia a criação de oportunidades para que as pessoas possam experimentar suas habilidades, superarem suas limitações e, desse modo, se desenvolverem, sendo assim, é na construção de relações, partir de interações estabelecidas, que um indivíduo poderá desenvolver suas habilidades sociais, a partir de diferentes estímulos presentes em ambientes interdependentes.

Ainda que sejam consideradas as modificações no meio legal e político que poderiam levar à ruptura com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes, há de ser ressaltado que a medida do acolhimento institucional ainda não é entendida como um direito destes sujeitos. Assim sendo, torna-se necessário o investimento em metas e estratégias de alteração do imaginário social atrelados a situações como estas, uma vez que estigmas e estereótipos podem trazer marcas definitivas na vida de adolescentes que vivem em instituições de acolhimento, partindo da compreensão de que eles próprios consideram que estar em acolhimento institucional os torna, potencialmente, alvo de preconceito (Buffa et al, 2010; Rodrigues et al., 2014 & Wendt, 2016)

Segundo Correr et. al (2017), viver em uma instituição de acolhimento pode apresentar outras interferências no desenvolvimento de crianças e adolescentes, uma vez que a vivência nessas instituições pode ocasionar conflitos, desconfortos e fragilidades. O autor aponta que os estereótipos que sustentam as relações com essas crianças e adolescentes ampliam e perpetuam, sobretudo, no ambiente escolar, marcado por mecanismos de exclusão social, ampliando os limites e reduzindo as oportunidades de aprendizagens.

Considerando que o desenvolvimento é um conjunto de períodos que são construídos socialmente, e estes são vistos de forma diversas, ressalta-se que diferentes variáveis podem interferir nos processos de desenvolvimento, como, por exemplo, a condição socioeconômica, a qualidade do ambiente, a convivência comunitária etc. Essas influências se originam nos contextos em que as crianças e adolescentes estão inseridas e são originadas de cultura, etnia ou contexto histórico, podendo ser normativos ou não normativos (Araújo, 2019).

O contexto escolar é de fundamental importância para o desenvolvimento humano, uma vez que, depois da família, e para além das instituições de acolhimento, é na escola que as interações se estabelecem e se ampliam. Segundo Martins (2020), cabe à escola o reconhecimento e valorização das experiências vivenciadas por crianças e adolescentes que vivem em serviços de acolhimento, bem como, a compreensão acerca das instituições de acolhimento voltada para estes sujeitos, possibilitando uma nova configuração no contexto escolar, tendo como principal mudança, a visibilidade e rompimento de imagens sociais negativas.

Imagens Sociais dos Serviços de Acolhimento para Adolescentes Atribuídas por Profissionais da Educação

Neste item, serão apresentados os resultados referentes às imagens sociais dos serviços de acolhimento para adolescentes atribuídas por profissionais da educação. Destaca-se que, as palavras evocadas pelos participantes relacionadas ao estímulo indutor “serviço de acolhimento para adolescentes” foram lematizadas, tornando possível a realização de uma análise sem ambiguidade e divergências no processo de categorização dos conteúdos apresentados, possibilitando o agrupamento de palavras com o mesmo radical e semelhanças semânticas, categorizando-as (Figura 5).

Categoria	Palavras Agrupadas
Domínio Investimento	sem recurso; sem amplo apoio, negligenciada pelo poder público, falta de recursos, recursos financeiros;
Desestruturada	falta de estrutura e sem estrutura; pouco estruturada, espaço inadequado;
Estruturada	instalação adequada, boa estrutura, espaço adequado;
Garante direitos	assegura direitos; lugar de direitos; garantir os direitos, garante direitos; acesso à cultura;
Estímulo a educação	valorização da educação, bom atendimento educacional, atividades educativas, educação;
Apoio psicológico	atenção psicológica, bom atendimento psicológico.

Figura 5. Lematização e agrupamento de palavras semelhantes do banco sobre serviço de acolhimento para adolescentes.

A média geral de frequência foi de 4,11 (frequência média das evocações). As evocações foram agrupadas conforme procedimentos de lematização (tratamento de equivalência das palavras) e a frequência mínima considerada para inclusão das palavras nos quadrantes foi de 2. No que diz respeito às determinações dos pontos de corte para as coordenadas dos quadrantes, empregou-se o critério da mediana nas ordens de evocação; como havia 5 respostas por participante, o valor do ponto de corte foi 2,87 (critério do ponto de corte da ordem de evocação).

Os resultados da análise prototípica (Tabela 2 - Apêndice C) mostram o quadrante superior esquerdo apresenta as palavras com alta frequência e baixa ordem de evocação. Elas seriam prováveis indicadoras do núcleo central da imagem social que os profissionais têm. Assim, as duas palavras, acolhedora e estruturada, provavelmente se referem a elementos centrais da imagem social sobre as instituições de acolhimento para adolescentes.

Tabela 2.

Análise prototípica referente ao estímulo indutor “Serviços de Acolhimento para Adolescentes” (N = 81)

Ordem Média de Evocação (OME) < 2,87				Ordem Média de Evocação (OME) ≥ 2,87		
Palavra	Freq. ≥ 4,11	Frequência	OME	Palavra	Frequência	OME
Acolhedora		28	1,7	Domínio Investimento	10	3,7
Estruturada		11	2,1	Segura	08	3,0
				Estímulo a Educação	08	2,9
				Protetora	07	3,1
	Freq. < 4,11					
Necessária		04	1,8	Temporária	04	3,5
Empática		02	1,5	Impessoal	04	3,0
Respeitosa		02	2,0	Apoio Psicológico	04	3,0
Despreparada		02	1,5	Cuidadosa	03	3,7
Limpa		02	1,5	Apoiadora	03	3,0
				Triste	02	3,0

No quadrante superior esquerdo, denominado de núcleo central, aponta duas características principais para a compreensão das imagens sociais dos serviços de acolhimento, são elas “acolhedora” e a categoria “estruturada”. Nestes resultados já é possível visualizar características diferentes daquelas associadas a adolescentes em acolhimento institucional.

Em sua maioria, as características presentes na tabela 2 são de valência positiva, o que aponta que uma predominante parcela do grupo respondente possui uma imagem positiva dos serviços de acolhimento, tal resultado corrobora o estudo elaborado por Wendt, Tavares, Pino e Dell’Aglío (2018), onde destacam que, quando o estímulo indutor é o serviço de acolhimento, as imagens sociais tendem a ser positivas.

Estas características sugerem que vem ocorrendo mudanças significativas na compreensão acerca das instituições de acolhimento. E entre os fatores que vêm contribuindo para esta desconstrução, estão o aumento das pesquisas científicas e a elaboração de políticas públicas sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes, bem como, a partir de leis, normativas e mobilização dos movimentos sociais que buscam a maior qualificação destas instituições (Rossetti-Ferreira, Serrano, & Almeida, 2001; Calheiros, Garrido, Lopes, & Patrício, 2015).

Pode-se dizer que matriz de pensamento desenvolvida por Bronfenbrenner tem uma concepção em que as mudanças sociais e históricas introduzem um novo conteúdo no mundo mental das pessoas, promovendo novas formas de comportamentos e estruturas de atividade cognitiva, bem como afetando as experiências dos sujeitos em suas interações sociais. Em outras palavras, a mudança nas imagens sociais, pela qual passa os serviços de acolhimento, sofre o atravessamento da externalidade social e macrossistêmica, ao penetrar o conteúdo do contexto ecológico, perpassando pela ação cognoscente dos sujeitos na edificação de suas imagens sociais (Cruz, 2019).

No quadrante superior direito, primeira zona periférica, destaca-se a categoria domínio investimento, nela estão inseridas todas as características referentes à escassez e/ou ausência de recurso para o bom funcionamento da instituição e, também, a necessidade de haver recurso direcionado para os serviços de acolhimento, para aprimorar os serviços, projetos e atividades que são realizados pelos profissionais. Seguindo esta lógica, torna-se de extrema importância que se tenha uma atenção aprofundada para os serviços de alta complexidade, possibilitando que os investimentos sejam suficientes para a manutenção e aprimoramento da estrutura física, bem como, seja prioridade a capacitação de toda a equipe que atua no serviço de acolhimento (Negrão, Constantino, 2011; Wendt, Tavares, Penno, & Dell’Aglío, 2018).

Ainda neste quadrante, há a categoria estímulo à educação, que comporta as características referentes à valorização da educação, atividades educacionais e incentivo à educação. Este resultado sugere que tais características estão presentes no imaginário de profissionais da educação podem tornar possível que a escola se torne, cada vez mais um

espaço de desconstrução do preconceito e da (re) produção de imagens sociais negativas associadas às instituições e, também, a crianças e adolescentes (Buffa & Teixeira, 2011).

No quadrante inferior esquerdo, segunda zona periférica, destacam-se as características “necessária” e “empática”, ambas de valência positiva e que apontam a importância dos serviços de acolhimento para os adolescentes, segundo os profissionais da educação. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006) e as Orientações Técnicas (Brasil, 2009a) recomendam que as instituições de acolhimento sejam receptivas desde a chegada da criança ou do adolescente até seu desligamento, bem como, exista o estímulo e construção de uma relação afetiva e individualizada entre educadores e acolhidos.

No quadrante inferior direito, zona de contraste, destaca que tais imagens são, em sua maioria, positivas entre elas: cuidadosa, apoiadora, provisória e a categoria apoio psicológico, é importante considerar a presença das características impessoal e triste, ou seja, embora as imagens sejam positivas, ainda há resquícios de imagens que aludem às instituições de outrora.

Destaca-se, ainda, a palavra temporária sugere acerca das leis normativas atuais direcionadas para os serviços de acolhimento, que determinam 18 meses como tempo máximo para a permanência de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento (Brasil 2009). As demais características referentes a práticas de cuidado e apoio estão relacionadas ao papel desempenhado pelos serviços de acolhimento, devendo atuar na proteção de crianças e adolescentes em situação de risco (Wendt, 2016).

De modo a aprimorar a compreensão acerca da relação entre serviço de acolhimento e a escola, buscou-se suporte na teoria bioecológica proposta por Bronfenbrenner, uma vez que, para Krebs (2006), ela apresenta potencial para explicar a indissociabilidade entre a pessoa em desenvolvimento e os contextos nos quais faz parte. Nesse sentido, urge a necessidade de estreitar a relação mesossistêmica escola-serviço de acolhimento, no sentido de refinar a extensão e a natureza do conhecimento; e das atitudes existentes nos ambientes, um em relação ao outro. Assume-se que, com isso, é possível desenvolver ações eficientes na desconstrução de imagens sociais negativas acerca de adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Para Santos (2019), não se pode compreender o indivíduo sem conhecer os contextos que são base estruturante dos sistemas entrelaçados, do micro ao macrosistema. Sendo assim, torna-se importante entender que tanto a escola, como as instituições de acolhimento, são microsistemas nos quais crianças e adolescentes interagem com pessoas, objetos e símbolos, pode auxiliar na busca pelo aperfeiçoamento da relação estabelecida entre as duas instituições,

para que ambas sejam promotoras de desenvolvimento, é a partir dessa relação que se dá o mesossistema.

Segundo Didoné (2016), a relação entre mesossistêmica, a partir da transição de crianças e adolescentes entre seus microssistemas (instituições de acolhimento, vizinhança e escola) dá sentido e favorece a realização de novas experiências, visto que, nestes espaços são consolidadas as relações e os papéis sociais vividos por eles, aqui considerado como fator protetivo e promotor de desenvolvimento.

Considerações Finais

A presente dissertação teve como objetivo geral investigar as imagens sociais atribuídas a instituições de acolhimento e a adolescentes institucionalizados por profissionais da educação. Entre os resultados deste estudo, destaca-se, ainda, a presença de imagens sociais negativas associadas aos adolescentes que vivem em instituições de acolhimentos, no entanto, quando o foco torna-se a própria instituição, as imagens sociais são, em sua maioria, positivas, estas que vem se progressivamente consolidadas, uma vez que as instituições de acolhimento foram se firmando como medidas de proteção à infância e adolescência, cumprindo o seu papel de atenção aos mais vulneráveis socialmente.

Segundo Patias et. al (2017), as imagens sociais construídas sobre um indivíduo ou um grupo, estão atreladas as histórias desses indivíduos e dos grupos que pertencem, sendo diretamente relacionada ao que é esperado desse grupo, bem como, as potencialidades de seus membros. Nesse sentido, compreende-se que as imagens sociais das instituições de acolhimento, bem como, dos adolescentes em acolhimento institucional são produtos de um processo histórico-social, e sua transformação, em qualquer tempo, se dará nesta perspectiva.

Para que fosse possível alcançar o objetivo, utilizou-se do formulário sobre imagens sociais elaborado por Zappe, Yunes e Dell’Aglia, (2016), mostrou-se necessário a realização de algumas adaptações no formulário para que estivesse de acordo para o grupo respondente. Ressalta-se que, em detrimento da pandemia da Covid-19, o método desta dissertação passou por significativas mudanças, entre elas, optou-se por realizar a coleta de forma online, a partir do uso da plataforma *Survey Monkey*, sendo divulgado por redes sociais, tais como: *WhatsApp*, *Facebook* e *E-mail*. Após a coleta, todas as respostas foram tabuladas e inseridas em tabelas de acordo com o estímulo indutor, em seguida, foram geradas as análises prototípicas no *software* *IraMuteQ*, a escolha pela análise prototípica está pautada por ela configurar-se como uma importante técnica para a caracterização de uma representação social.

Esta pesquisa debruçou-se na análise das imagens sociais a partir de dois estímulos indutores, são eles: adolescentes em acolhimento institucional e serviços de acolhimento para adolescentes. Entre os resultados principais, compreende-se a permanência de imagens sociais negativas (carente, triste, revoltado, abandonado), este resultado está em consonância com a literatura atual sobre o tema, uma vez que estudos nacionais e internacionais apontam a predominância de imagens sociais de valência negativa atribuídas a adolescentes em situação de acolhimento (Domingues, 2013; Calheiros, 2015; Wendt, 2016; Wendt et.al, 2017 e 2018; Cruz, 2019; Martins, 2020).

É interessante destacar que adolescentes em situação de acolhimento tiveram seus direitos ameaçados e/ou violados em alguma medida, podendo ser vitimizados a partir destas imagens associadas a eles, cabe aos diversos atores sociais da rede comprometam-se a dar visibilidade a adolescentes que vivem em serviços de acolhimento, reconhecendo-os como sujeitos em pleno desenvolvimento biopsicossocial, possibilitando um atendimento individualizando que respeite suas particularidades e suas potencialidades (Portella, 2012; Wendt et.al, 2017).

Segundo Patias et.al (2017), as imagens sociais que os indivíduos constroem sobre outros estão vinculadas à história desses indivíduos e dos grupos sociais a que eles pertencem, compreende-se então que, tais imagens estão relacionadas ao que é esperado desse grupo e, também, às potencialidades atribuídas aos seus membros. Nesse sentido, identifica-se que a história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil apresenta grande influência na construção do imaginário social, ainda que seja possível observar mudanças, a imagem social do adolescente acolhido continua atrelada a características negativas que foram construídas e cristalizadas ao longo dos séculos.

O ambiente escolar caracteriza-se como um espaço importante para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, onde interações e relações são estabelecidas, bem como, propicia caminhos que auxiliam na construção da identidade. Partindo deste pressuposto, a presença de imagens sociais negativas atribuídas por profissionais da educação pode resultar em prejuízos significativos para adolescentes que estejam em acolhimento institucional, tais como a construção de uma identidade negativa que não contempla suas próprias potencialidades, para além desta tem-se, possíveis atrasos educacionais. Nesse sentido, Somer et.al (2018) sugere que é dever do Estado e da sociedade elaborar políticas públicas e sociais eficientes para averiguar outros aspectos relacionados, sejam diretas ou indiretamente, a esses fenômenos, os quais estão interligados.

Entretanto, é importante ressaltar a presença de características mais positivas destas imagens sociais, exemplo desta afirmativa está o resultado presente na zona de contraste das características dos adolescentes em acolhimento, observando-se a presença de imagens de valência positiva atribuídas por profissionais da educação. Esta mudança aponta na direção de uma melhor compreensão sobre adolescentes em acolhimento institucional, possibilitando uma real e efetiva inclusão escolar destes adolescentes, uma vez que a escola deve ser um ambiente diverso e atento a pluralidade de seus alunos (Martins, 2020).

Ao entrelaçar os achados desta pesquisa com a perspectiva bioecológica, ressalta-se a importância de se considerar outros microssistemas como promotores do desenvolvimento de

crianças e adolescentes, sem deixar de considerar os aspectos macrosistêmicos que permeiam nossa sociedade, uma vez que crenças, valores e ideologias influenciam decisões e práticas educativas, desse modo, deve ser ofertada a possibilidade de capacitação estes profissionais para que a sua atuação não seja fio condutor para continuidade de (re)produção de imagens sociais negativas (Zappe et al., 2016).

O segundo estímulo indutor desta pesquisa está centrado na análise das imagens sociais dos serviços de acolhimento para adolescentes atribuídas por profissionais da educação. Entre os resultados, há uma significativa mudança das imagens sociais, sendo em sua maioria, imagens positivas quando associadas a instituições de acolhimento o que corrobora com o estudo de Wendt, Tavares, Penno e Dell’Aglio (2018), que apontam a predominância de imagens sociais positivas, no entanto, as autoras alertam para a compreensão de que estes resultados não significam que a realidade das instituições esteja adequada de acordo com as leis e, também, não sugere de que esta seja a imagem atribuída para todas as modalidades de acolhimento institucional voltados para crianças e adolescentes.

Sendo assim, compreende-se que os serviços de acolhimento devem estar atentos e trabalhar na reconstrução de sua identidade, de modo que não seja mais atrelado as características passadas, os serviços de acolhimento possuem papel de extrema importância para muitas crianças e adolescentes. Nesse sentido, a partir do papel que desempenha na sociedade, torna-se possível que os serviços de acolhimento sejam, cada vez mais, associados a imagens positivas, em detrimento dos adolescentes acolhidos (Wendt et al., 2017; Wendt, 2016).

Como já mencionado anteriormente, é importante considerar as imagens sociais negativas que profissionais da educação atribuíram aos serviços de acolhimento, tais como: despreparadas e tristes. Sugere-se o estabelecimento efetivo de uma relação entre os serviços de acolhimento e as escolas, possibilitando que os profissionais da educação possam compreender a dinâmica de uma instituição de acolhimento, bem como, as atividades realizadas, as atribuições da equipe técnica, em contrapartida, a escola e sua comunidade deve-se mostrar aberta para conhecer outras realidades e assim, proporcionar uma educação inclusiva de fato. Partindo desta lógica, compreendendo que o contexto institucional é uma temática que não se esgota nunca, pois está em constante transformação, havendo sempre aspectos a serem questionados e discutidos, sugere-se a elaboração de novos estudos, com uma amostra populacional maior, para contribuir com o aprofundamento das investigações no sobre imagens sociais e na forma como afetam as relações e as práticas de trabalho no campo de proteção à infância e a adolescência, possibilitando mudanças maiores na sociedade.

No que concerne a perspectiva bioecológica, entende-se que os serviços de acolhimento devem estar em sintonia com a escola, com objetivo de favorecer o desenvolvimento humano e propiciando um espaço para a desconstrução de imagens sociais negativas de crianças e adolescentes institucionalizados e destes serviços de acolhimento. A força de um mesossistema no desenvolvimento está pautado na qualidade das interações estabelecidas entre estes ambientes, ou seja, quanto mais força o serviço de acolhimento e a escola estabelecerem em suas interações, mais forte serão as relações estabelecidas neste mesossistema para a pessoa em desenvolvimento (Tudge, 2008; Bronfenbrenner, 1996).

Para além dos resultados e discussão aqui propostos, é importante apontar as limitações e dificuldades enfrentadas ao longo da produção desta dissertação, a maior delas certamente foi a tarefa de realizar pesquisa científica durante o contexto da pandemia que impossibilitou a entrada e participação nos contextos que este estudo discute (serviço de acolhimento e escolas), no entanto, ressalta-se que a pesquisa por meio virtual possui suas qualidades e, também, é capaz de proporcionar debates e novas compreensões sobre a temática abordada nesta dissertação.

Finalmente, salienta-se que, apesar de significativas mudanças, ainda se faz necessário um investimento que possibilite o rompimento e desconstrução de imagens sociais negativas atreladas a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes que está pautada em um sistema de crença cristalizado que não concebe as melhorias existentes, o potencial dos profissionais que atuam nestes espaços e desconhece a dinâmica de um serviço de acolhimento. Parte-se do pressuposto que as mudanças das imagens sociais reproduzidas por profissionais da educação, dentro e fora dos ambientes escolares, ocorrerão, após o entendimento e conhecimento sobre o que é um serviço de acolhimento realmente, como ele se caracteriza e se posiciona frente as mazelas da nossa sociedade e com a valorização pessoal e empoderamento de vivências diferentes e histórias de vidas plurais de crianças e adolescentes institucionalizados.

Referências

- Abaid, J. L. W., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Exposição a fatores de risco de adolescentes em acolhimento institucional no Sul do Brasil. *Interação Psicol*, 18(1), 47-57. doi: 10.5380/psi.v18i1.29331
- Acioli, R. M. L., Barreira, A. K., Lima, M. L. C., Assis, S. G., & Lima, M. L. L. T. (2019). Tempo de acolhimento e características dos adolescentes acolhidos por tipo de serviços institucionais. Recife, Brasil, 2009-2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(2), 553- 562. doi: 10.1590/1413-81232018242.06402017
- Arpini, D. M. (2003). Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23, 70-75. doi: 10.1590/S1414-98932003000100010
- Baptista, M. V. (2006). Um olhar para a história. In M. V. Baptista (Eds.), *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 25-37). São Paulo: Instituto Camargo.
- Barbosa, A. C. E. (2011). *O instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação, Belém.
- Bastos, J. O. (2015). *Dificuldades no processo de escolarização de crianças e adolescentes acolhidos em instituições: questões que envolvem a relação aluno e professor* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília. Recuperado em <https://bdm.unb.br/handle/10483/12940>
- Benetti, I. C., Vieira, M. L., Crepaldi, M. A., & Schneider, D. R. (2013). Fundamentos de la teoría bioecológica de Urie Bronfenbrenner. *Pensando Psicología*, 9(16), 89-99.
- Brasil, C. F. (2010). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Recuperado em <http://www.ritmodeestudos.com.br>.
- Brasil, Estatuto da criança e do adolescente - ECA (1990). Diário Oficial da União. *Lei nº 8.069, de 16 de julho de 1990*. Brasília, DF.
- Brasil, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social (2009). *Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília: Conanda.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed.
- Bronfrenbrenner, U., & Morris, P. (1998). The ecology of development process. In Damon, W. (Eds.). *Handbook of child psychology* (pp. 993-1027). New York: John Wiley e sons.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Buffa, C. G., Pauli-Teixeira, S. C., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2010). Vivências de exclusão em crianças abrigadas. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(2), 17-34. Recuperado em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193817420003>

- Burns, B., Phillips, S. D., Wagner, H. R., Barth, R. P., Kolko, D. J., Campbell, Y., & Landsverk J. (2004). Mental health need and access to mental health services by youths involved with child welfare: A national survey. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 43, 960-970. doi: 10.1097/01.chi.0000127590.95585.65
- Calheiros, M. M., Garrido, M. V., Lopes, D., & Patrício, J. N. (2015). Social images of residential care: How children, youth and residential care institutions are portrayed? *Children and Youth Services Review*, 55, 159-169. doi: 10.1016/j.childyouth.2015.06.004.
- Callou, M. L. S. (2016). *Instituição Pia Nossa Senhora das Graças: Assistência e Educação de Crianças Pobres, Órfãs e Abandonadas em Belém (1943-1975)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Educação, Belém.
- Casas, F. (2006). Infancia y representaciones sociales. *Política y Sociedad*, 43(1), 27-42. Recuperado em <https://www.researchgate.net/publication/27591450>.
- Casas, F. (2010). Representaciones sociales que influyen en las políticas sociales de infancia y adolescencia en Europa. *Pedagogía Social*, (17), 15-28. Recuperado em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=135013577002>.
- Cavalcante, L., Magalhães, C., & Reis, D. (2014). Análise comparativa do perfil de crianças em acolhimento institucional nos anos de 2004 e 2009. *Psico*, 45(1), 90-99.
- Cohen, J., McCabe, E. M., Michelli, N. M., & Pickeral, T. (2009). School climate: Research, policy, practice, and teacher education. *Teachers College Record*, 111(1), 180-213. doi:10.1007/s10464-015-9751
- Correr, R., Senem, C. J., & Barros, L. M. (2017). Crianças acolhidas institucionalmente e educação escolar: o que pensam os professores? *Educação: Teoria e Prática*, 27(55), 327-346. doi: 10.18675/1981-8106
- Corsini, R. (1999). *The Dictionary of Psychology*. Philadelphia: Taylor & Francis.
- Costa, D. L. C. (2011). *Interações criança-criança no pátio da escola e no abrigo: O comportamento de cuidado entre pares* (Dissertação de Mestrado). Recuperado em <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/5136>.
- Costa, A. da. (2005). *Um estudo sobre o impacto das (des) conexões entre o ambiente escolar e o ambiente Institucional na vida de crianças e adolescentes abrigados* (Dissertação não publicada). Universidade Federal do Rio Grande.
- Crozier, J. C. & Barth, R. P. (2005). Cognitive and academic functioning in maltreated children. *Children&Schools*, 27, 197-206. doi:10.1093/cs/27.4.197
- Cruz, D. A. (2019). *Adolescentes em acolhimento institucional: imagens sociais e o direito à convivência comunitária*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém.

- Dias, M. S. L. & Silva, R. S. (2012). O histórico de institucionalização de crianças e adolescentes. *Tuiuti: Ciência e Cultura*, 45, 177-188. Recuperado em <https://seer.utp.br/index.php/h/article/view/1069/917>.
- Didoné, J. H., Silva, S. L., & Santos, S. S. Dos. (2016). A promoção do convívio comunitário para crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Salão do Conhecimento*. n:XXIV Seminário de Iniciação Científica da UNIJUÍ. Anais Seminário de Iniciação Científica – Ciências Humanas. Recuperado em <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/>
- Domingues, A. L. (2013). *Imagens associadas às famílias de crianças e jovens em acolhimento institucional* (Dissertação de Mestrado). Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Lisboa, Portugal.
- Estevão, G. K. S. (2018). *Diálogo escola e casa de acolhimento: uma experiência do PROBEX/UFPB*. João Pessoa.
- Esteves, L. P., & Ribeiro, S. (2016). A Importância dos Vínculos Afetivos e da Interação Familiar para a Formação e Aprendizagem Escolar das Crianças. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 5(2), 206-214. doi: 10.17267/2317-3394rps.v5i2.879
- Flament, C., & Rouquette, M. (2003). Anatomie des idées ordinaires. Comment étudier les représentations sociales. Em Flament, C., & Rouquette, M. (Eds.), *Anatomie des idées ordinaires. Comment étudier les représentations sociales*. Paris, França: Armand Colin.
- Fonseca, P. N. D. (2017). O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. *Revista Psicopedagogia*, 34(105), 285-296. Recuperado em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>.
- Fonseca, H. R. R. D. (2016). *Perspectiva ecológica das interações entre famílias e serviços de acolhimento para crianças e adolescentes* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Recuperado em <http://hdl.handle.net/10183/165480>.
- Frota, A. M. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(1), 147- 160. Recuperado em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>.
- Goffman, E. (2004). *Estigma, Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. São Paulo: LTC.
- Groisman, D. (1999). Asilos de velhos: passado e presente. *Estudos interdisciplinares sobre envelhecimento*, 2, 67-87. Recuperado em: <http://www.seer.ufrgs.br>.
- Kramer, S. (2001). Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. *Teias*, 1(2), 135-146. Recuperado em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/>.
- Krebs, R. J. (2010). A Teoria bioecológica do Desenvolvimento Humano e o Contexto da Educação Inclusiva. *Revista Pátio*, 01, 40-45.
- Lorenzi, G. W. (2007). Uma breve história dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. Recuperado em <http://www.promenino.org.br>.

- Machado, M. S., Scott, J. B., & Siqueira, A. C. (2016). Crianças institucionalizadas e suas famílias de origem: as imagens sociais e seus reflexos na garantia de direitos. *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, 6(3). Recuperado em <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/>.
- Marcílio, M. L. (1998). *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec.
- Martins, M. A. C. (2020). *Vivências de Infâncias: crianças de ontem e de hoje em situação de acolhimento institucional (in) visibilizadas no contexto de educação escolar* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, DF.
- Moreira, J. de O., & Costa, D. B. da. (2016). ECA: entre o desenvolvimento teórico e o subdesenvolvimento prático. In J. de O. Moreira, M. J. G. Salum & R. T. Oliveira (Coords.), *Estatuto da criança e do adolescente: refletindo sobre sujeitos de direitos e responsabilidades* (pp. 46-59). Brasília: CFP.
- Passetti, E. (2013). Crianças carentes e políticas públicas. In D. P. Mary (Org.), *História das crianças no Brasil* (pp-347-375). São Paulo: Contexto.
- Passos, J. R., & Silva, I. M. (2017). Perspectivas de Profissionais sobre Acolhimento de Crianças e Adolescentes e Reintegração Familiar. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 26(59), 71-86. Recuperado em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>.
- Patias, N.D, Garcia, N. M., & Dell'Aglio, D.D. (2016). Imagens sociais sobre famílias com filhos em instituição de acolhimento. *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology (IJP)*, 50(2), 215-224. Recuperado em <http://www.redalyc.org/pdf/284/28447010005.pdf>.
- Patias, N. D., Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias. *Psicologia & Sociedade*, 29, 1-11. doi: 10.1590/1807-0310/2017v29i131636
- Petrucci, G. W., Borsa, J. C., & Koller, S. K. (2016). A Família e a Escola no Desenvolvimento Socioemocional na Infância. *Temas em Psicologia*, 24(2), 391-402. doi: 10.9788/TP2016.2-01. Pt
- Pilotti, F., & Rizzini, I. (1995). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño.
- Pilotti, F., & Rizzini, I. (Eds.). (2011). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Anais.
- Pinto, E. C. B. (2014). *A escola na vida de adolescentes em situação de acolhimento institucional: narrativas e percepções* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.
- Rizzini, I., & Pilotti, F. (2011). A infância sem disfarces: uma leitura histórica. In Organizadores, *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez.

- Rodrigues, A. L., Gava, L. L., Sarriera, J. C., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Percepção de preconceito e autoestima entre adolescentes em contexto familiar e em situação de acolhimento institucional. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(2), 389-407. Recuperado em <http://pepsic.bvsalud.org/>.
- Rosa, E. M., Santos, A. P. D., Melo, C. R. D. S., & Souza, M. R. D. (2010). Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. *Estudos de Psicologia*, 15, 233-241. doi: 10.1590/S1413-294X2010000300002
- Rossetti-Ferreira, M. C., Serrano, S. A., & Costa, N. D. A. (2011). Reflexões sobre o desenvolvimento humano e o contexto institucional. In Organizadores. *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*, (pp. 60-85). Cidade: Editora.
- Sabino, E. B. (2012). *A assistência e a educação de meninas desvalidas no colégio nossa senhora do amparo na província do Grão-Pará (1860-1889)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém.
- Santos, R. A. D. (2019). Contexto escolar à luz da teoria Bioecológica do desenvolvimento humano. *SEMOC-Semana de Mobilização Científica*. Recuperado em <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1285>.
- Somer, D. G; Junior, C. R. O; Barros, S. A. B. R. (2018). Representações Sociais da Escola: Um Estudo com Adolescentes em Acolhimento Institucional no Município de Ponta Grossa/Pr. *Revista eletrônica da UERJ, POLEM! CA*, 18(1), 016-036. doi: 10.12957/polemica.2018.36066
- Trout, A. L., Nordness, P. D., Pierce, C. D., & Epstein, M. H. (2003). Research on the academic status of children and youth with emotional and behavioral disorders: a review of the literature from 1961-2000. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, 11, 198-210. doi: 10.1177/10634266030110010201
- Tudge, J. (2008). A teoria de Urie Bronfenbrenner: uma teoria contextualista? In L. V. C. Moreira, & A. M. A. Carvalho (Orgs.), *Família e educação: olhares da Psicologia* (pp.209-231). São Paulo: Paulinas.
- Vasconcelos, Q., Yunes, M. A., & Garcia, N. (2009). Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. *Paidéia*, 19(43), 221-229. doi: 10.1590/S0103-863X200900020001
- Wachelke, J., & Wolter, R. (2011). Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 27, 521-526. doi: 10.1590/S0102-37722011000400017
- Wendt, B. (2016). *Imagens sociais atribuídas a jovens institucionalizados e a instituições de acolhimento*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Wendt, B., Dullius, L., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Imagens sociais sobre jovens em acolhimento institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 529-541. doi: 10.1590/1982-3703004012016.

- Wendt, B., Tavares, M. D. F., Penno, D. K., & Dell'Aglío, D. D. (2018). Imagens sociais atribuídas às instituições de acolhimento. *Revista da SPAGESP*, 19(1), 35-48. Recuperado em <http://pepsic.bvsalud.org/>.
- Yunes, M. A., Miranda, A. T., & Cuello, S.S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil*(pp.197-218). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Zappe, J. G., Yunes, M. A.M., & Dell'Aglío, D. D. (2016). Imagens sociais de famílias com crianças e adolescentes: Impacto do status socioeconômico e da institucionalização. *Pensando Famílias*, 20(1), 83-98. Recuperado em <http://pepsic.bvsalud.org/>.

Apêndice A

Questionário

Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional e seus Contextos de Vida

Caros colegas, profissionais da Educação, o Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Acolhimento Institucional e Adoção (NEPAIA), vinculado ao Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), da Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolve pesquisas na área da Psicologia do Desenvolvimento, a partir do trabalho em diversos contextos e temáticas, entre eles o acolhimento institucional e família. Nesse sentido, nós lhes apresentamos, neste momento, mais uma iniciativa de pesquisa do NEPAIA/LED/UFPA, que pretende contribuir com a discussão de temas pertinentes ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Gostaríamos, junto com vocês, a partir dessa pesquisa, pensar em estratégias que possam auxiliá-los no fazer profissional, de modo a construirmos contextos favoráveis ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Esta pesquisa, assim, tem como objetivo conhecer a sua opinião acerca de características de crianças e adolescentes hipotéticos e os seus respectivos contextos de vida (família ou serviço de acolhimento). Por esse motivo, não existem respostas certas ou erradas. Estamos apenas interessados na sua opinião. Ressaltamos que não haverá risco de tratamento discriminatório ou constrangedor colocado pela realização da pesquisa, uma vez que serão tomadas todas as providências necessárias para a realização de pesquisa com seres humanos em condições de segurança. A sua participação é voluntária e suas respostas são confidenciais e serão analisadas em conjunto com as respostas de outros participantes.

Ressaltamos que o preenchimento deste questionário tem duração de 20min a 30min, ou seja, sua participação será breve, sem nenhum tipo de custo.

Contamos com a sua participação.

Desde já, agradecemos a sua colaboração.

Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Acolhimento Institucional e Adoção – NEPAIA/LED/UFPA.

Pesquisadoras responsáveis:

Dr.^a. Dalízia Amaral Cruz – Estagiária de Pós-doutorado do PPGTPC/LED/UFPA

Prof.^a. Dr.^a. Lília Iêda Chaves Cavalcante – Docente do PPGTPC/LED/UFPA

Ana Letícia da Costa Praia – Mestranda PPGTPC/LED/UFPA

*Obrigatório

Aceito participar da pesquisa ()

1ª etapa - DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Você tem ou teve contato com crianças e/ou adolescentes que vivem em instituições de acolhimento? *

☐ Sim ☐ Não

Sexo*: * Feminino * Masculino

Idade*: _____

Qual a Cidade/Município onde você trabalha? * _____

Qual o Estado onde você trabalha? * _____

Estado Civil*: ☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a) ☐ União estável ☐ Outro _____

Escolaridade*:

☐ Ensino fundamental

☐ Ensino médio

☐ Ensino Técnico Curso _____

☐ Graduação Curso _____

☐ Pós-graduação Curso _____

Cargo*: ☐ Coordenador/a pedagógico/a ☐ Diretor/a ☐ Professor/a ☐ Secretário/a ☐ Outro _____

Natureza do estabelecimento de ensino*: ☐ Escola pública municipal ☐ Escola pública estadual ☐ Escola particular ☐ Unidade de educação infantil pública ☐ Unidade de educação infantil particular ☐ Outro _____

2º etapa -Questionário ADOLESCENTES

Por favor, leia os textos com atenção antes de responder às questões.

O **acolhimento em abrigo** constitui uma das medidas de proteção e de garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes que, no seu meio natural de vida, estão expostos a condições adversas para o seu desenvolvimento. Esta medida de **acolhimento em instituição** consiste na colocação da **criança** ou **adolescente** aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipe técnica, oferecendo cuidados adequados e condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Pense em um ADOLESCENTE (entre 12 e 18 anos) que vive **numa instituição**. Como você caracteriza este adolescente? Escreva 5 características de um ADOLESCENTE que viva **neste tipo de instituição***.

1 – _____

2 – _____

3 – _____

4 – _____

5 – _____

Como você caracteriza a família deste adolescente? Escreva 5 características da FAMÍLIA de um adolescente que viva **neste tipo de instituição***.

1 – _____

2 – _____

3 – _____

4 – _____

5 – _____

Como você caracteriza uma instituição de acolhimento para adolescentes? Escreva 5 características para ESTAS INSTITUIÇÕES*.

- 1 – _____
- 2 – _____
- 3 – _____
- 4 – _____
- 5 – _____

Imagine uma FAMÍLIA de três pessoas, em que os dois pais **têm emprego** e veículo próprio. Em termos de escolaridade, estes pais têm no mínimo, **o ensino médio completo**. ESTA FAMÍLIA tem uma **moradia confortável e com boas condições**.

Pense em um ADOLESCENTE (entre 12 e 18 anos) que seja **filho destes pais**. Como você caracteriza este adolescente? Escreva 5 características de um ADOLESCENTE que viva **neste contexto familiar***.

- 1 – _____
- 2 – _____
- 3 – _____
- 4 – _____
- 5 – _____

Como você caracteriza a família deste adolescente? Escreva 5 características para ESTA FAMÍLIA*.

- 1 – _____
- 2 – _____
- 3 – _____
- 4 – _____
- 5 – _____

Imagine uma FAMÍLIA de três pessoas, em que um ou os dois pais estão **desempregados** e não possuem veículo próprio. Em termos de escolaridade, estes pais têm, no máximo, **o ensino fundamental**. ESTA FAMÍLIA tem uma **moradia pouco confortável e com condições deficitárias**.

Pense em um ADOLESCENTE (entre 12 e 18 anos) que seja **filho destes pais**. Como você caracteriza este adolescente? Escreva 5 características de um ADOLESCENTE que viva **neste contexto familiar***.

- 1 – _____
- 2 – _____

3 – _____

4 – _____

5 – _____

Como você caracteriza a família deste adolescente? Escreva 5 características para **esta família***.

1 – _____

2 – _____

3 – _____

4 – _____

5 – _____

3º etapa -Questionário **CRIANÇA**

Por favor, leia os textos com atenção antes de responder às questões.

O **acolhimento em abrigo** constitui uma das medidas de proteção e de garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes que, no seu meio natural de vida, estão expostos a condições adversas para o seu desenvolvimento. Esta medida de **acolhimento em instituição** consiste na colocação da **criança** ou **adolescente** aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipe técnica, oferecendo cuidados adequados e condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Pense em uma CRIANÇA (entre 0 e 12 anos) que vive **numa instituição**. Como você caracteriza esta criança? Escreva 5 características de uma CRIANÇA que viva **neste tipo de instituição***.

1 – _____

2 – _____

3 – _____

4 – _____

5 – _____

Como você caracteriza a família desta criança? Escreva 5 características da FAMÍLIA de uma CRIANÇA que viva **neste tipo de instituição***.

1 – _____

2 – _____

3 – _____

4 – _____

5 – _____

Como você caracteriza uma instituição de acolhimento para crianças? Escreva 5 características para ESTAS INSTITUIÇÕES*.

1 – _____

2 – _____

3 – _____

4 – _____

5 – _____

Imagine uma FAMÍLIA de três pessoas, em que os dois pais **têm emprego** e veículo próprio. Em termos de escolaridade, estes pais têm no mínimo, **o ensino médio completo**. ESTA FAMÍLIA tem uma **moradia confortável e com boas condições**.

Pense em uma CRIANÇA (entre 0 e 12 anos) que seja filho destes pais. Como você caracteriza esta criança? Escreva 5 características de uma CRIANÇA que viva **neste contexto familiar***.

1 – _____

2 – _____

3 – _____

4 – _____

5 – _____

Como você caracteriza a família desta criança? Escreva 5 características para ESTA FAMÍLIA*.

1 – _____

2 – _____

3 – _____

4 – _____

5 – _____

Imagine uma família de três pessoas, em que, um ou os dois pais **estão desempregados** e não possuem veículo próprio. Em termos de escolaridade, estes pais têm, no máximo, **o ensino fundamental**. Esta família tem uma **moradia pouco confortável e com condições deficitárias**.

Pense em uma CRIANÇA (entre 0 e 12 anos) que seja filho destes pais. Como você caracteriza esta criança? Escreva 5 características de uma CRIANÇA que viva **neste contexto familiar***.

1 – _____

2 – _____

3 – _____

4 – _____

5 – _____

Como você caracteriza a família desta criança? Escreva 5 características para ESTA FAMÍLIA*.

1 – _____

2 – _____

3 – _____

4 – _____

5 – _____

Apêndice B

Análise Prototípica, gerada pelo software *IramuteQ*, das Imagens Sociais de Adolescentes em Acolhimento Institucional

<= 2.86 Rangs > 2.86

Zone du noyau carente-34-2.1 triste-23-2.8 solitário-16-2.8 tímido-14-2.8 agressivo-7-2 inteligente-6-2 pobre-6-1.8 inseguro-5-1.8	Première périphérie revoltado-17-3.2 abandonado-9-3.3 ansioso-8-3.1 domínio_educacional-8-3.9 baixa_autoestima-8-3.5 amável-7-3.1 vulnerável-7-3 domínio_familiar-6-3.2 sonhador-6-3.3 retraído-5-3.8
Elements contrastés inquieto-4-2.2 deprimido-4-2.8 questionador-4-2.5 desamparado-3-1.3 assustado-3-2.7 desconfiado-3-2.3 curioso-3-2.7 pensativo-2-2.5 instável-2-1.5 apático-2-1.5 preocupado-2-2 confuso-2-1.5 receptivo-2-2.5 desmotivado-2-2 esperto-2-1.5 alegre-2-1.5	Seconde périphérie esperançoso-4-3.8 humilde-3-4 negligenciado-3-3 desorientado-3-4 carinhoso-3-3.7 isolado-3-3 explorado-2-3.5 observador-2-4.5 usuário_de_drogas-2-3 calado-2-3 traumatizado-2-4.5 perdido-2-3.5 nervoso-2-3 criativo-2-3.5 violado-2-3.5 medroso-2-3 dedicado-2-4 imitado-2-3.5 resistente-2-3.5 indeciso-2-3 negro-2-3 infeliz-2-4.5 discriminado-2-3.5 arredio-2-3 comunicativo-2-4.5 solidário-2-4 incapaz-2-4

< 4.84 Fréquences >= 4.84

Apêndice C

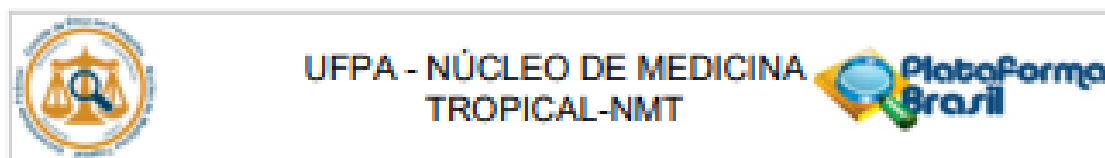
Análise Protípica, gerada pelo software *IramuteQ*, das Imagens Sociais dos Serviços de Acolhimento para Adolescentes

<= 2.87 Rangs > 2.87

< 4.11 Fréquences >= 4.11	Zone du noyau	Première périphérie
	acolhedora-28-1.7 estruturada-11-2.1 desestruturada-10-2.6 importante-5-1.6 afetuosa-5-2.6 organizada-5-2	dominio_investimento-10-3.7 segura-6-3 estimulo_a_educacao-8-2.9 protetora-7-3.1 responsável-6-3.7 atenciosa-5-3.4 garante_direitos-5-3.2
	Elements contrastés	Seconde périphérie
	necessária-4-1.8 empática-2-1.6 respeitosa-2-2 despreparada-2-1.5 limpa-2-1.5 esperança-2-1.5 desconhecida-2-2	temporária-4-3.5 impessoal-4-3 apoio_psicologico-4-3 cuidadosa-3-3.7 acolhedora-3-3 triste-2-3 desacreditada-2-4 confiável-2-3.5 transitória-2-4.5 dedicada-2-4.5 um_fan-2-4 fraterna-2-4.5 autoritária-2-4 amiga-2-5 comprometida-2-4.5 humanizada-2-4.5 desorganizada-2-3 familiar-2-3.5 lotada-2-5 promove_diálogo-2-3 saúde-2-5 bons_profissionais-2-5 assistencialista-2-3 amorosa-2-4.5 poucos_profissionais-2-3 lazer-2-3

Apêndice D

Parecer do Projeto pela Plataforma Brasil



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IMAGENS SOCIAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E CONTEXTOS DE VIDA: FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO DE ACOANHIMENTO

Pesquisador: DALÍZIA AMARAL CRUZ

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 47997121.0.0000.5172

Instituição Proponente: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.811.524

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa de pós-doutorado, oriundo do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, sob orientação da Profa. Dra. Lilia Ieda Chaves Cavalcante. De delineamento transversal, natureza descritivo-exploratória e com abordagem quanti-qualitativa dos dados, este projeto objetiva investigar os profissionais que trabalham com crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, suas famílias e aos serviços de acolhimento, de modo a definir o perfil das imagens sociais atribuídas a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, suas famílias e aos serviços de acolhimento, discutindo suas implicações para o trabalho em rede e garantia do direito fundamental à convivência familiar e comunitária.

Objetivo da Pesquisa:

Primário:

Analisar as imagens sociais atribuídas a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, suas famílias e aos serviços de acolhimento, discutindo suas implicações para o trabalho em rede e garantia do direito fundamental à convivência familiar e comunitária.

Secundário:

Descrever as características que os profissionais do SGDCA (assistência social, educação básica e

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92

Bairro: Umarizal

CEP: 66.055-340

UF: PA

Município: BELEM

Telefone: (91) 3201-0061

E-mail: capnm@ufpa.br



UFPA - NÚCLEO DE MEDICINA
TROPICAL-NMT



Continuação do Parecer: 4.811.324

infantil, conselho tutelar) atribuem a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, suas famílias e aos serviços de acolhimento; caracterizar sociodemograficamente os profissionais participantes da pesquisa; comparar as características atribuídas a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e a suas famílias com as características atribuídas a crianças e adolescentes não acolhidos, pertencentes ao contexto familiar com status socioeconômico médio e baixo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segue abaixo como apresentado pela pesquisadora. Na sua descrição não fica claro quais são exatamente as situações reconhecidas como de risco ao participante da pesquisa. A parte de benefícios está OK.

Riscos:

O risco de tratamento cruel, discriminatório ou constrangedor colocado pela aplicação do instrumento, pode-se dizer que é praticamente nulo. Contudo, na eventualidade de ocorrer qualquer situação reconhecida como de risco à intimidade, identidade e integridade dos participantes, a pesquisa será encerrada para que sejam tomadas providências cabíveis para reparar as falhas ou os equívocos cometidos.

Benefícios:

Os benefícios trazidos pela pesquisa estão relacionados à proposição de mudanças que possam efetivamente melhorar a qualidade da articulação entre a rede de atendimento e do atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias, principalmente, naquilo que se refere à criação de condições favoráveis que assegurem o direito à convivência familiar e comunitária, tão decisivo para o desenvolvimento humano – em seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de importância científica e social. Não apresenta conflitos éticos. A metodologia está de acordo com os objetivos do estudo e é coerente com o cronograma proposto. Serão estudados 3 grupos: Profissionais da educação básica e infantil, Conselheiros tutelares e Profissionais da assistência social, sendo definidos 100 participantes de cada grupo. Só não foi informado como se chegou ao n amostral.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. Folha de rosto CONEP

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92

Bairro: Umarizal

UF: PA

Município: BELEM

Telefone: (91)3201-0981

CEP: 66.055-340

E-mail: capnm@ufpa.br



UFPA - NÚCLEO DE MEDICINA
TROPICAL-NMT



Continuação do Parecer: 4.8111.524

Apresentada e adequada

2. Projeto de Pesquisa original na íntegra

Apresentado e adequado

1. Folha de rosto CONEP

Apresentada e adequada

2. Projeto de Pesquisa original na íntegra

Apresentado e adequado

3. TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Apresentado e não adequado. Não começa com um convite. Também, tal qual informado no tópico “Avaliação dos riscos e benefícios” deste parecer, não fica claro quais são exatamente as situações reconhecidas como de risco ao participante da pesquisa. Ainda, não há em nenhuma parte do documento um trecho de texto que trate do direito do participante sob questões judiciais, caso se sinta lesado ao participar da pesquisa.

4. TAI – Termo de Anuência Institucional

Não se aplica

5. Cronograma:

Apresentado e adequado. A pesquisa iniciará apenas em outubro de 2021.

6. Orçamento:

Apresentado e adequado

7. TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

Não se aplica

8. TCUD – Termo de Compromisso de Utilização de Dados

Não se aplica

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92

Bairro: Umarizal

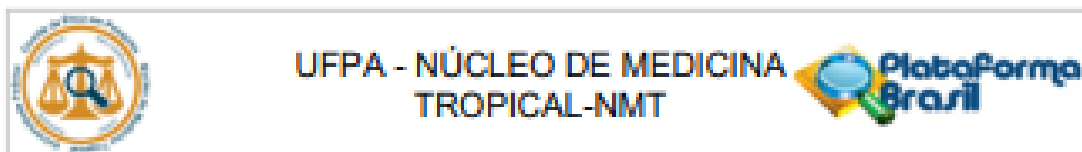
CEP: 66.055-040

UF: PA

Município: BELEM

Telefone: (91) 3204-0561

E-mail: capnmt@ufpa.br



Continuação do Parecer: 4.811.024

9. A ferramenta de estudo
Apresentada

4. TAI – Termo de Anuência Institucional
Não se aplica

5. Cronograma:
Apresentado e adequado. A pesquisa iniciará apenas em outubro de 2021.

6. Orçamento:
Apresentado e adequado

7. TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
Não se aplica

8. TCUD – Termo de Compromisso de Utilização de Dados
Não se aplica

9. A ferramenta de estudo
Apresentada

Recomendações:

1. Quanto ao TCLE: Não começa com um convite. Também, tal qual informado no tópico ‘Avaliação dos riscos e benefícios’ deste parecer, não fica claro quais são exatamente as situações reconhecidas como de risco ao participante da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto apresentado foi aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, este Colegiado manifesta-se pela **APROVAÇÃO** do protocolo de pesquisa por estar de acordo com a Resolução CNS nº 466/2012 e 510/2016, Norma Operacional 001/2013 e ofício circular nº 2/2021/CONEP.

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 32
Bairro: Umarizal
UF: PA Município: BELEM
Telefone: (91)3201-0901

CEP: 66.055-240

E-mail: capemt@ufpa.br



UFPA - NÚCLEO DE MEDICINA TROPICAL-NMT



Continuação do Parecer: 4.811.524

Considerando as questões referentes ao COVID-19, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do NMT-UFPA esclarece e orienta o pesquisador responsável:

Da aprovação do protocolo de pesquisa por parte do Comitê não decorre a obrigatoriedade da realização, de maneira imediata, da parte da pesquisa que envolve seres humanos;

O cronograma da pesquisa pode ser alterado a qualquer tempo, desde que o pesquisador informe, antecipadamente, ao Comitê a alteração por meio da Plataforma Brasil, via EMENDA. Portanto, dadas as condições atuais, orienta-se para a prorrogação da etapa da pesquisa que envolve seres humanos, quando esta implicar contato físico, de maneira que seja realizada quando nem o pesquisador e nem o participante da pesquisa sejam colocados em risco.

No caso da pesquisa contar com a colaboração de instituições coparticipantes, deverá atentar para as datas em que a pesquisa foi autorizada nas mesmas.

Esclarecemos que a responsabilidade do pesquisador é indelegável, inderrogável e compreende os aspectos éticos e legais.

Cabe ainda ao pesquisador:

- a) desenvolver o projeto conforme delineado;
- b) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final para este CEP;
- c) apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento;
- d) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa;
- e) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;
- f) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, alteração ou interrupção do projeto

Endereço: Av. Generalíssimo Diodoro, 52

Bairro: Umarizal

UF: PA

Município: BELEM

Telefone: (91) 3201-0981

CEP: 66.055-040

E-mail: capemi@ufpa.br



UFPA - NÚCLEO DE MEDICINA TROPICAL-NMT



Continuação do Parecer: 4.811.524

ou a não publicação dos resultados.

g) comunicar antecipadamente alterações no cronograma por meio da Plataforma Brasil via Emenda.

h) O convite para participação na pesquisa não deve ser feito com a utilização de listas que permitam a identificação dos convidados nem a visualização dos seus dados de contato (e-mail, telefone, etc) por terceiros.

i) Qualquer convite individual enviado por e-mail só poderá ter um remetente e um destinatário, ou ser enviado na forma de lista oculta.

j) Qualquer convite individual deve esclarecer ao candidato a participantes de pesquisa, que antes de responder às perguntas do pesquisador disponibilizadas em ambiente não presencial ou virtual (questionário/formulário ou entrevista), será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ou Termo de Assentimento, quando for o caso) para a sua anuência.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_P ROJETO_1638699.pdf	11/08/2021 16:44:13		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_FINAL.pdf	11/08/2021 16:42:47	DALÍZIA AMARAL CRUZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	10/08/2021 19:20:19	DALÍZIA AMARAL CRUZ	Aceito
Outros	Instrumento.pdf	10/08/2021 19:20:03	DALÍZIA AMARAL CRUZ	Aceito
Folha de Rosto	FolhadaRosto.pdf	10/08/2021 19:09:30	DALÍZIA AMARAL CRUZ	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92

Bairro: Umarizal

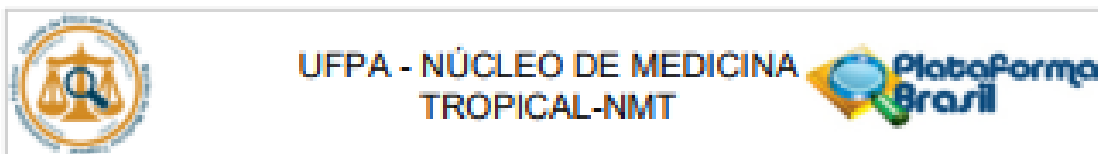
CEP: 66.055-240

UF: PA

Município: BELEM

Telefone: (91)3201-0901

E-mail: capnmt@ufpa.br



Continuação do Parecer: 4.811.534

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

BELEM, 28 de Junho de 2021

Assinado por:
FABIOLA ELIZABETH VILLANOVA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 93
Bairro: Umarizal
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3204-0981

CEP: 66.055-240

E-mail: capnmt@ufpa.br